

1 SET. 1975

ELEIÇÕES NOS BANCÁRIOS E ESCRITÓRIOS:

VITÓRIA DAS LISTAS
NÃO AFECTAS À INTERSINDICAL

As eleições para os corpos gerentes dos Sindicatos dos Escritórios de Lisboa e dos Bancários do Sul e Ilhas, que decorreram durante o fim de semana, saldaram-se respectivamente pela vitória das listas B e A, ambas não afectas à linha da Intersindical.

A lista B vencedora dos Empregados de Escritório, designada «Por um Sindicato Democrático», obteve 5280 votos, contra 2038 da lista vencida.

Logo após serem conhecidos os resultados do escrutínio, os corpos gerentes eleitos e outros trabalhadores de escritório avançaram para as instalações do Sindicato, a fim de as ocupar «para evitar que sucedesse o mesmo que no Sindicato dos Farmacêuticos» — conforme comu-

nicado emitido depois pela lista vencedora.

Entretanto, um grupo de trabalhadores afectos à anterior da direcção barricaram-se na sede do Sindicato na Rua Braamcamp, dali tendo sido desalojados por elementos da P. M. e transportados depois numa «Berliet» para fora do local. As instalações do Sindicato ficaram encerradas e guardadas por elementos da P. S. P.

Na eleição dos bancários, a lista A, «Por um Sindicato Democrático», obteve 9124 votos, sendo desconhecido ainda o resultado da votação em Ponta Delgada.

As restantes listas obtinham 3546 votos, para a B, e 1361 para a C, tendo, na totalidade, comparecido às urnas 56 por cento dos trabalhadores bancários.

1 SET. 1975

BANCÁRIOS: LISTA A TRIUNFOU EM TODO O PAÍS

As eleições para a nova gerência do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários, concorreram duas listas, A e B. A primeira apresentava a sigla «Por um Sindicato Democrático», enquanto que a «B» se definia pela independência face ao Estado, à Igreja e aos partidos políticos; a unidade; ampla participação; organização como factor decisivo; democraticidade; solidariedade; ligação às assembleias populares de massas e dinamização de uma tomada de consciência de classe.

Para a comissão de representação de tendências concorreu ainda a lista «C», definindo assim, os princípios gerais do seu programa do seguinte modo: o sindicalismo unitário e independente face ao patronato, ao Estado e aos partidos; a democracia interna das organizações sindicais (o que inclui a possibilidade de expressão das diversas tendências nos sindicatos e a realização de amplas assem-

bleias); a defesa da unidade da classe trabalhadora traduzida num órgão forte e unitário

Os primeiros resultados provisórios da zona sul e ilhas (excepto Angra do Heroísmo) revelam 9168 votos para a lista A e 3466 para a B. Quanto à Direcção, apuraram-se 9125 votos para a lista A, enquanto a B acusou 3523. Na votação para o Conselho Fiscal, as votações foram 9067 (A) e 3560 (B) respectivamente. Na representação de tendências, registaram-se 8333 votantes da lista A, 2940 na B e 1389 da C.

Na recepção do Centro (Guarda, Viseu, Coimbra e Leiria), inscreveram-se 2774 votantes e votaram 1184 eleitores. Resultado da votação para a Direcção: lista A 633 votos (53,9 por cento) e 511 para a B (43,1 por cento).

Sabe-se que a lista A ganhou em todo o país com a percentagem de 70,05 por cento.

1. SET. 1975

Lista «A» venceu eleições no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

As eleições para os novos corpos gerentes e comissão de tendências no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas deixaram bem clara a opção da maioria dos votantes, como o atestam os números e resultados apurados que à lista A conferiram substancial avanço consolidado em 71 por cento dos votos num total de 22 mil trabalhadores, alguns dos quais, por questões de ordem diversa, ou se abstiveram ou optaram pelo «branco».

Apuramento que surpreende, sem dúvida, se atentarmos nas tradições do Sindicato e, acima de tudo, se levarmos em conta que os elementos que constituem a lista directiva eram muito próximos do P.C.P. e M.D.P., enquanto os candidatos da lista «Por um Sindicato Democrático» são considerados afectos ao M.R.P.P. e P.S., além de muitos independentes. Nela, singularmente, participaram alguns delegados sindicais, para o efeito nomeados em plenários convocados pela direcção cessante.

Quanto à aliança P.S.-M.R.P.P., os candidatos foram bem expli-

citados no seu programa de apresentação, ao afirmarem que se «trata de uma frente sindical contra o fascismo e o social-fascismo através de uma prática democrática da vida sindical». «A nossa ligação — acrescentam — resulta de um trabalho conjunto com vista a expulsar o social-fascismo do nosso Sindicato.»

«Não há aqui — palavras de Horácio Coimbra, um dos candidatos — o Mário Soares ou o Arnaldo Matos a estabelecerem regras de uma aliança, mas trabalhadores a lutarem por uma prática que restaure a verdade nos sindicatos.»

Relativamente às estruturas sindicais e, nomeadamente, à situação nos bancários, referem os candidatos que foi montada pela direcção, através de delegados por ela nomeados, e quanto à Intersindical, salientam que não foi um órgão criado pelos trabalhadores.

«É órgão de um partido — assinalaram — que serve para voltar os trabalhadores contra os trabalhadores.»

DUPLO REVÉS PARA A INTERSINDICAL

Empregados bancários e de Escritório de Lisboa votaram nas listas «por sindicatos democráticos»

Acontecimento de grande relevo na actividade interna do País foi, sem dúvida, a movimentação sindical que preencheu o fim-de-semana, abrangendo os interesses de quase uma centena de milhares de trabalhadores. Referimo-nos aos actos eleitorais, realizados em Lisboa, para escolha dos corpos gerentes das organizações sindicais dos bancários e dos empregados de escritório, mais propriamente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas e do Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa.

Ambas as eleições se revestiam de enorme interesse, uma vez que estavam em causa políticas sindicais diametralmente opostas.

Afirmando-se apartidárias, o que é facto é que as listas de candidaturas se identificavam essencialmente com dois grandes partidos e seus tácticos aliados. Entre os empregados de escritório, os candidatos com o lema «Na luta pelo socialismo. Unidade dos trabalhadores» (lista «A») eram apontados como afectos ao Partido Comunista, enquanto os «Bés», «Por um sindicato democrático, patriótico e antifascista», patrocinado pelo Partido Socialista, contavam com alguns dirigentes simpáticos do M. R. P. P., já quanto aos bancários, as letras não eram as mesmas, se bem que as tendências o fossem. A inspiração P. C. P. residia entre os «Bés», sob a sigla «Pela independência sindical, face ao Estado, à Igreja e aos partidos políticos», enquanto os candidatos pela lista «A», «Por um sindicato democrático», se apoiavam nos programas dos socialistas e dos MR's. Fora deste confronto, para a organização dos trabalhadores bancários, candidatar-se (apenas para a Comissão de Tendências) uma terceira lista «C» de carácter independente, e que talvez por isso mesmo se viu amplamente derrotada.

Sem dúvida que foi um duplo e contundente revés para os elementos representativos da linha P. C. P.-M. D. P./C. D. E., a vitória das listas que se lhe opunham, quer isto

dizer, uma derrota muito profunda (pelo enorme número de trabalhadores de ambas as classes) para o Secretariado da Intersindical que, após as vitórias de correntes adversas entre os farmacêuticos e os jornalistas, para só falar nas eleições mais recentes, vê agora a derrota dos seus sindicalistas directamente afectos perante a política tanto do Partido Socialista como do M. R. P. P.

Após as eleições do Sindicato dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa, ganhou pela lista «B», verificou-se um turbulento incidente, que durou horas, junto da sede daquele organismo, que poderia ter tido graves consequências.

As eleições para os corpos gerentes do sindicato proporcionaram (como dissemos) a vitória da lista «B» que tinha por sigla «Por um sindicato democrático, patriótico e antifascista». Ainda não estão apurados os números definitivos do escrutínio. Todavia, segundo informação recolhida junto de um directivo agora eleito, foram contados 7 296 votos válidos e seis nulos, dos quais 5 205 (Assembleia Geral) e 2 202 (Conselho Fiscal) a favor da lista «B»; e 2 083 (Assembleia Geral) e 2 088 (Conselho Fiscal) da lista «A», cuja sigla era: «Na luta pelo socialismo, unidade dos trabalhadores». Percentagem pró-lista «B» 71 por cento.

O acto decorreu na Sociedade Nacional de Belas-Artes e dentro do melhor espírito de civismo. Porém junto das instalações do Sindicato, na Rua Braamcamp, já assim não aconteceu.

Alta madrugada, cerca das 5 horas, conhecido o apuramento das eleições, elementos da lista vencedora, acompanhados de aproximadamente duas centenas de seus eleitores, dirigiram-se ao Sindicato, a fim de tomarem o poder imediato. Aconteceu, no entanto que dentro daquele organismo se encontravam «baricados» (expressão utilizada por alguns informadores que auscultámos) um director do

Sindicato e quatro indivíduos (houve quem nos afirmasse, de «armas aperradas») os quais não consentiram na entrada dos que tal pretendiam. Esta divergência provocou veementes protestos dos que exigiam o franqueamento das portas. Surgiu entretanto, uma força da Polícia Militar, sob o comando de um aspirante a oficial, no intuito de evitar hipotético agravamento da situação. Entre os componentes da lista vencedora e o comandante da força estabeleceram-se conversações no sentido de solucionar o impasse.

Para tanto, propunham os manifestantes que os quatro indivíduos alheios ao Sindicato (presumiam tratar-se de directivos da Intersindical) abandonassem as instalações, com o objectivo de o director, que com eles se encontrava efectuassem a imediata transferência de poderes. As conversações prolongar-se-iam até cerca das 18 horas da tarde, altura em que — surpreendentemente para os que reivindicavam o ingresso no Sindicato — todos os indivíduos que permaneciam dentro das instalações, incluindo o director, saíram, sob custódia de elementos da P. M. e foram transportados num camião do Exército para lugar seguro. Entre tanto as chaves do Sindicato ficavam na posse do comandante da força.

Estas duas decisões provocaram novos e enérgicos protestos dos que se consideravam — como nos adiantaram — «traídos». A força militar, porém, manteve-se intransigente e redobrou de vigilância. Este é o ponto da situação às 20 horas, altura em que o número de manifestante já diminuíra consideravelmente e o trânsito de veículos automóveis, «barrado» desde manhã, por guardas da P. S. P. foi reaberto.

**LISTA «A»
DOS BANCÁRIOS
VENCE COM LARGA
MARGEM
(proporção 3 para 1)**

Mesmo sem atingir números assombrosos, a afluência ao

Pavilhão dos Desportos dos trabalhadores bancários foi considerável. Segundo os nossos cálculos (que não poderão ser exactos, por a hora em que redigimos a notícia não serem ainda conhecidos os números referentes a Ponta Delgada) rondará os 13 mil o total de votantes, enquanto nos cadernos figuravam 30 353 nomes.

O escrutínio que se iniciou na madrugada de ontem e prosseguiu durante todo o dia, forneceu os seguintes resultados, que não são ainda finais por, como já dissemos, faltarem os elementos relativos a Ponta Delgada:

Lista «A» — Assembleia geral, 9 124; direcção, 9 081; conselho fiscal, 3 546; comissão de tendências, 8 304.

Lista «B» — Assembleia geral 3 449; direcção, 3 505; conselho fiscal, 3 546; comissão de tendências, 2 931.

Lista «C» — Comissão de tendências, 1 361.

Como se depreende dos números, a lista «A» saiu clara vencedora em todas as votações, alcançando uma vantagem que «grosso modo» se cifra na proporção de 3 para 1.

Eleições nos Bancários

Vitória folgada da lista A

Decorreu no sábado passado o acto eleitoral para os órgãos gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas Adjacentes, que estarão em funções no biénio 1975/77.

A afluência às urnas — e isto sem se tomarem em conta os números referentes às Ilhas — cifrou-se em 14031 votantes o que representa uma percentagem de 56% do total dos trabalhadores inscritos no Sindicato.

A lista A concorrente às eleições, que apresentava como lema "Por um Sindicato Democrático", obteve uma vitória folgada, na medida em que arrecadou 9124 votos, que correspondeu, portanto a uns 65% dos votantes.

Entretanto, chegaram-nos alguns resultados totais provisórios: Ilhas Adjacentes, direcção: lista A, 463, lista B, 62; assembleia geral: Lista A 459, lista B, 63; conselho fiscal, lista 460, lista B, 64; comissão de representação de tendências: lista A, 430, lista B, 42, e lista C, 61.

Em Lisboa, direcção: lista A, 6856, lista B, 2907; assembleia geral, A, 6907, e lista B, 2856;

conselho fiscal, lista A, 6816, e lista B, 2937; e comissão de representação de tendências: lista A, 6300, B, 2446 e C, 1049.

Os elementos da Lista A já se encontram no Sindicato, aguardando a cedência, por parte da direcção cénante, duma sala para trabalharem. Contam tomar posse, nos termos estatutários, na quinta-feira.

5-6

SÉCULO

1 SET. 1975

Lisboa

Bancários:

venceu a lista A

A lista A, que se apresentou pela sigla «Por um Sindicato Democrático», ganhou as eleições para os corpos gerentes e comissão de representação de tendências para o biénio de 1975-1977 do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Os resultados, ainda provisórios e sem contar com Ponta Delgada, das eleições efectuadas durante todo o dia de anteontem, são os seguintes: lista A, 9124; lista B, «lista de unidade de classe», 3546; e lista C, que se candidatou apenas à comissão de tendência, 1361 votos. O total dos votantes foi de 14 031, 56 por cento do número de filiados do sindicato.

5F
2 SET. 1975

Trabalhadores bancários solidarizam-se com os ocupantes

As instalações do Banco de Angola ocupadas pelos refugiados angolanos estão defendidas por piquetes e as entradas e saídas foram controladas mantendo-se presente a P. S. P. que não interferiu.

Os manifestantes exigem o regresso imediato dos desalojados que ainda não conseguiram sair de Angola e Timor, ali vivendo em condições precárias, sendo vítimas de diversas doenças. O comunicado da Comissão Coordenadora dos Deslocados salientando ainda que «muitos morrem de fome e por falta de assistência médica e medicamentosa» apela para que os desalojados se organizem em todo o país, para, deste modo, melhor poderem fazer ouvir as suas reivindicações.

A Comissão refere não haver qualquer organismo que em Portugal tome conta das bagagens dos refugiados, que assim, ficam abandonadas pedindo também ao A. R. N. que promova diligências no sentido de que todos os refugiados que o desejem possam ser evacuados para o porto Walvis Bay na Namíbia, levando os seus veículos e restantes bens. Pedem também que Portugal aceite o auxílio de qualquer país — «do diabo até» — para que naquele porto aguardem os refugiados barcos suficientes e uma delegação do A. R. N.

Cerca das 20 horas, em contacto com o banco, fomos informados por um dos ocupantes terem entregue um caderno reivindicativo ao ministro das Finanças, que inclui — entre outros pontos — a exigência de ser entregue até cem contos a todos aqueles que tivessem essa quantia depositada em bancos de Angola.

Soubemos ainda que cerca dos 1500 ocupantes se dispunha a pernoitar no interior das instalações. A comissão de trabalhadores do banco solidarizando-se com os deslocados decidiu permanecer também junto dos ocupantes.

Lista A dos bancários vence eleições

COM 9124 votos a Lista A venceu ontem as eleições para os corpos gerentes e comissão de representação de tendências do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas Adjacentes para o biénio 1975/77.

A referida lista, que se apresentou sob o lema «Por um Sindicato Democrático» é constituída por elementos de orientação ideológica afecta ao P. S., M. R. P., P. e alguns independentes.

As eleições decorreram durante todo o dia de sábado, tendo afluído às urnas

cerca de 56 por cento do total de trabalhadores filiados no Sindicato dos Bancários, ou seja, 14 031 votantes.

Não se conhecem ainda os resultados das eleições em Ponta Delgada; supõe-se contudo que os mesmos não trarão alterações significativas aos resultados já conhecidos.

A Lista B designada por

«Unidade de Classe», constituída na sua porção maioritária por elementos afeitos ao P. C. P. e à Intersindical, obteve 3546 votos, enquanto a Lista C, apenas concorrente à comissão de tendências e de orientação próxima do M. E. S., teve 1361 votos. Em termos de percentagem global verifica-se que 76 por cento dos votantes escolheram a Lista A.

2 SET. 1975

PUBLICIDADE

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

COMUNICADO

Aos Trabalhadores Bancários deslocados de Angola

Dá-se conhecimento a todos os trabalhadores bancários deslocados de Angola que pretendam colocação em Empresas bancárias, que deverão dirigir-se ao Serviço de Pessoal das Instituições Bancárias ligadas aos Bancos em que exerciam a sua actividade, a fim de se inscreverem.

Lisboa, 1 Setembro 1975

PELA DIRECÇÃO

2 SET. 1975

Lisboa

Bancários:**vitória da lista A
na Zona Centro**

Quarenta e três por cento dos 2774 eleitores do Sindicato dos Empregados Bancários do Centro, com jurisdição nos distritos de Coimbra, Leiria, Guarda e Viseu, elegeram os novos corpos gerentes do seu organismo de classe.

A lista A, assim classificada por ter sido apresentada em primeiro lugar, e não porque fosse apoiada pela direcção cessante, obteve 638 votos, saindo vencedora por uma margem de 127 sobre a lista B, esta envolvendo elementos dos antigos corpos gerentes, que obteve 511 votos.

(5-G) + (A) LUTA

-2 SET. 1975

Lisboa

BANCÁRIOS DO CENTRO TAMBÉM DIZEM NÃO À INTERSINDICAL

Os trabalhadores bancários do centro (Sindicato dos Empregados Bancários do Centro), que pertencem aos distritos de Coimbra, Leiria, Guarda e Viseu, elegeram os corpos gerentes, e deram mais uma vitória à lista que luta «Por um Sindicato democrático», também neste caso, como no Sul, a lista A.

Votaram 43 por cento dos 2774 eleitores e os votos entrados tiveram o seguinte destino: 638 votos para a lis-

ta A, 511 votos para a B, que envolvia antigos elementos dos corpos gerentes.

Desta forma, a juntar as derrotas ocorridas no Norte, em Dezembro último, e no Sul e Ilhas, no passado sábado, a lista apoiada pela direcção anterior e, conseqüentemente, pela Intersindical Nacional, também saiu vencida no Centro. Não restam dúvidas os bancários portugueses disseram «NÃO» à Inter.

Intersindical derrotada na banca e nos escritórios

As eleições sindicais actualmente a decorrer, por força da legislação sobre as associações de trabalhadores, são uma importante peça da actual conjuntura política. Não, é claro, pelos efeitos concretos e imediatos dos resultados eleitorais, mas pelo que têm de indicativo sobre o acréscimo de poder ou o isolamento das várias forças partidárias que disputam a hegemonia ao nível do aparelho de Estado.

Um pouco como as eleições parciais das democracias parlamentares, as eleições que se têm vindo a processar há pouco mais de um mês e as que lhes irão seguir servirão para auscultar a vontade e acompanhar a evolução de um eleitorado (de uma população) que continua talvez a sentir-se demasiado distante dos órgãos de poder. E é preciso não ignorar que são trabalhadores que votam, e que

as condições de igualdade entre as listas candidatas são praticamente asseguradas... a não ser que se defenda que todas as eleições são por definição opostas ao processo revolucionário, arma da burguesia apontada para o desvio ou a travagem do curso da História. A crítica do "eleitoralismo", pelo menos nestes casos, não fará mais do que ignorar a questão do apoio popular e da ligação às massas trabalha-

doras, desviar para um terreno "teórico" as repetidas provas do isolamento das direcções sindicais derrotadas, já manifestas em anteriores assembleias.

Caiu por completo qualquer ilusão de independência dos sindicatos em relação aos partidos, e pode pensar-se que é o próprio estrangulamento do espaço de acção deixado aos partidos que

Continua na pág. 13

Intersindical derrotada

Continuação da pág. 1

está na origem da divisão partidária dos trabalhadores nos seus órgãos de defesa. Tudo indica também que o mesmo fenómeno venha a ganhar rapidamente as outras estruturas da vontade popular, as Comissões de Trabalhadores e de Moradores, na medida em que a sua constituição e direcção ponham em prática processos democráticos. A perda da independência partidária não começou porém com os processos eleitorais. Desde o último primeiro de Maio que se vem repetindo a instrumentalização dos sindicatos em defesa de algumas das forças partidárias, sendo os casos mais notórios o das barricadas do 19 de Julho (comícios do P.S.) e o do recente apoio à F.U.P. na passada semana. Também deve ser tido em conta a ligação das direcções sindicais à defesa dos sucessivos governos provisórios, voltando de um modo claramente aventureiro as costas às repetidas manifestações de descontentamento das populações. É também a recusa destas ligações a partidos e governos que se manifesta nos recentes resultados eleitorais, embora não possa esquecer-se que eles têm ocorrido de forma mais significativa em sectores da pequena burguesia urbana do que entre a população operária. Outro dado a referir são os efeitos da deterioração

da situação económica, as perspectivas de contínuo agravamento da crise do mercado de trabalho e do aumento de custo de vida, sabendo-se que muitas das direcções sindicais não se têm mostrado os mais aptos instrumentos reivindicativos.

OS PARTIDOS NOS SINDICATOS

A alteração da relação de forças no seio do movimento sindical e operário, com a notória perda de capacidade de mobilização e de direcção de massas por parte da Intersindical, coloca o PCP à beira de uma posição particularmente difícil. Tendo levado "muito longe" a crítica à social-democracia, e sendo ao mesmo tempo contestado fortemente por forças que já reconheceu estarem à sua esquerda, a perda da sua tradicional base de apoio não o autoriza a grandes investidas ao nível do aparelho de Estado, sendo de prever a necessidade de redefinir alianças e de consolidar suportes de massas. As concessões feitas às forças do "poder popular" poderão revelar-se pouco rentáveis, invertendo-se o sentido das aproximações.

O PS não tem sido capaz de conquistar por si uma força significativa entre os sindicatos. Uma das raras vezes em que actuou isolado, nos seguros de Lisboa, veio a sofrer uma completa derrota,

preferindo agora estabelecer alianças com os militantes sindicalistas que se opõem à hegemonia da Intersindical. Abandonando o terreno da questão da unicidade, tendo experimentado sem êxito a tese da auto-gestão, o PS combate actualmente pela democraticidade interna explorando os erros e os excessos das práticas burocráticas e cupulistas de muitas direcções sindicais. Embora através da defesa das Comissões de Trabalhadores e do controlo da produção se esboce um alinhamento com as lutas das massas trabalhadoras, o PS não tem conseguido dar à sua prática sindical a abertura que se encontra por exemplo na CFDT francesa, ligando-se às formas avançadas das lutas operárias. Excepto no caso dos Bancários, onde o trabalho sindical tem longas tradições, o PS não definiu ainda uma linha de orientação que venha a permitir-lhe não ser completamente absorvido nas suas alianças ao MRPP. Enquanto outras organizações marxistas-leninistas vêm lentamente reforçando o trabalho de base em alguns sindicatos, preferentemente operários, o MRPP tem vindo a apresentar com sucesso a sua candidatura em sucessivos processos eleitorais centrados na zona de Lisboa. Depois de fortalecer a sua posição liderando grande parte dos processos reivindicativos de Junho-Julho (trans-

portes e comunicações principalmente), o MRPP conduz uma política sindical de combate directo à Intersindical que acusa de anti-democrática e anti-operária. No actual contexto político... explora a fundo a tese do "social-fascismo" e estabelece alianças (ao nível dos militantes e da acção concreta, mas nunca enquanto partido) com as forças que considera "democráticas e patrióticas", conseguido fazer votar o seu programa comunista por largas massas de trabalhadores.

BANCÁRIOS E ESCRITÓRIOS

As vitórias das listas "por um sindicalismo democrático" nos sindicatos dos empregados bancários e de escritórios de Lisboa, assinala o ponto em que se torna indelével a referida alteração da relação de forças no seio do movimento sindical. Em ambos os casos trata-se de sindicatos dos maiores do país, dotados de enormes recursos materiais e que têm constituído os mais sólidos pilares da Intersindical. Ao mesmo tempo, os resultados das eleições não deixam qualquer margem para dúvidas sobre o isolamento em que caíram as anteriores direcções. Apesar do último fim de semana de Agosto ter afastado muita gente de Lisboa, a participação foi excepcional, sendo as percentagens distribuídas pelas duas listas claramente superiores a minorias simples.

A.P.

- 5 SET. 1975

Bancários e Escritórios

A INTERSINDICAL PERDE APOIO

A principal conclusão a tirar das recentes eleições para os corpos gerentes dos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas e dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa é a derrota, nos dois casos, das listas afectas às direcções cessantes e ao actual secretariado da Intersindical Nacional. Quer isto dizer, se é legítimo tirar conclusões de resultados eleitorais, que progressivamente vai aumentando o número de trabalhadores portugueses que discordam da orientação seguida pelas cúpulas intersindicalistas.

O secretariado da Intersindical perdeu, portanto, dois excelentes apoios, talvez mesmo os mais importantes no sector de serviços da região sul, se excluirmos o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Lisboa. Com efeito, trata-se de sindicatos com vultosas receitas, dado o elevado número de associados (Bancários, cerca de 30 mil, e Escritórios, cerca de 80 mil), auferindo na generalidade vencimentos muito superiores ao mínimo nacional.

Esta tendência anti-Intersindical (talvez melhor anti-secretariado) já ganhou corpo em diversos sindicatos e poderá alargar o número de direcções sindicais que se opõem à orientação seguida pela Central. A verificar-se tal hipótese, é muito provável que os estatutos da Inter, recentemente aprovados no controverso Congresso dos Sindicatos, venham a ser amplamente discutidos pelos trabalhadores e eventualmente modificados. Mais, levando a hipótese às últimas consequências, poderá mesmo admitir-se, terminadas as eleições sindicais, forte movimentação no sentido de ser destituído o actual secretariado.

Para tanto, porém, é necessário que os trabalhadores exijam das suas direcções sindicais que o combate contra a falta de democraticidade da Inter e a alegada política cupulista se faça "dentro" da central sindical e não "fora". É que a consagração na lei da existência da central única foi uma vitória que os trabalhadores não podem agora perder. O aparecimento de uma outra central, sob qualquer designação e a pretexto de combater a Inter (de que, aliás, tem havido alguns indícios), é perigoso e fomentador de divisões entre os trabalhadores.

Finalmente, ainda a propósito de tendências sindicais, traduzidas em listas concorrentes às eleições, seria errado supor que as diferenças resultam apenas da posição pró ou contra a Intersindical. As diferenças são mais profundas. Assim, no caso dos Bancários e Escritórios as posições das listas diferiam em questões tão importantes como, por exemplo, a reestruturação e controlo da banca e verticalização sindical.

5 SET. 1975

Bancários: Direcção toma posse

Tomaram hoje posse os novos corpos gerentes do Sindicato dos Bancários. O acto, que decorreu a partir das 12 e 30 na sede do Sindicato, incluiu também o empossamento da comissão de representação de tendências que, em conformidade com os estatutos, se encontra preenchida por cinco representantes da lista vencedora, quatro da lista B e dois da lista C, que apenas concorreu a esta comissão.

A nova direcção é constituída pelos seguintes elementos: Efectivos — Boaventura José Calvário Antunes (B. B. I.), Carlos Alberto Araújo Melo (E. G. D.), Delmiro Manuel Sousa Carreira (S. F. P.), Horácio Rodrigues Coimbra (B.A.), eu (B. A.), João Santos Duarte (B. N. U.), Manuel de Oliveira (B. P. M.), Rui Manuel Guerra dos Santos (Banco Visiense), Telmo Vieira Albernaz (B. P. S. M.), Vicente Pedras (B. P. A.), Vítor Gonçalves (B. P.) Vítor Soares (B. I. P.); suplentes: Elisabete da Conceição Figueira (Banco do Alentejo), Vasco da Gama Serôdio (B. T. A.), Vinício Ferreira Carvalho (B. P. A.).

Bancários e Escritórios

Derrotas para a Intersindical

As eleições nos Sindicatos dos Bancários do Sul e Ilhas e dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa, realizadas no passado sábado, caracterizaram-se pela derrota das listas afectas às direcções cessantes e ao secretariado da Intersindical Nacional.

Com efeito, no Sindicato dos Bancários, onde a afluência às urnas foi de cerca de 56 por cento dos possíveis votantes, a Lista A, identificada pela sigla «Por um Sindicato Democrático», recebeu 9124 votos, ou seja 65 por cento dos votos entrados. Por seu turno a Lista B, afecta à Inter e à anterior direcção e utilizando a sigla «Pela Unidade da Classe», registou a aderência de 3546 trabalhadores bancários. Finalmente, a Lista C, concorrente somente à Comissão de Representação de Tendências, obteve 1365 votos.

Quanto ao Sindicato dos Trabalhadores de Escritório, embora o número de votantes e a percentagem em relação aos possíveis tenham sido bastante inferiores aos verificados nos Bancários, a vitória da lista opositora à direcção cessante foi ainda significativa. Assim, a Lista B (vencedora), também subordinada à sigla «Por um Sindicato Democrático» recebeu 5280 votos (representando 71 por cento dos votos entrados) contra 2038 da Lista A, afecta à anterior direcção e identificando-se com a sigla «Na Luta pelo Socialismo, Unidade dos Trabalhadores».

A vitória da Lista A no Sindicato dos Bancários era já esperada, vindo confirmar a existência de um amplo movimento que já dera resultado no Norte e Centro, contra a direcção anterior, afecta à Intersindical e em termos partidários ao P. C. P. e ao M. D. P./C. D. E. Esse movimento tinha-se tornado público em Lisboa na altura em que foram discutidos os projectos de estatutos sindicais, tendo então feito aprovar a consagração do direito de tendência. Nos apoiantes destes princípios contam-se além de elementos do P. S. e M. R. P. P., outros que se autocalificam de independentes mas que são considerados aparentados com o M. E. S., P. R. P. e outras associações políticas de esquerda.

Todavia, nos Escritórios, a vitória da lista opositora à direcção e à Inter foi até certo ponto uma surpresa, embora venha confirmar, na sequência do relativo fracasso da greve de meia-hora, que é cada vez maior o número de trabalhadores que contesta a orientação das cúpulas da central sindical. Na verdade, apesar de uma certa oposição verificada ultimamente em assembleias gerais, a direcção cessante dos Escritórios não foi muito criticada. O seu trabalho na contratação colectiva pode até considerar-se

razoável e foi mesmo aproveitado, indirectamente através de anúncios publicados na véspera do acto eleitoral em toda a Imprensa diária, a favor da Lista A, afecta à direcção. Por outro lado, na Lista B estavam integrados elementos «saneados» pela Comissão Directiva do Sindicato da Indústria Metalúrgica, o que, apesar de toda a confusão que se estabeleceu a propósito desses casos, era apontado como sendo eleitoralmente mau.

Não obstante, a Lista B ganhou e aparentemente os seus opositores já esperavam esse resultado, visto que antes de terminar o acto eleitoral um elemento da ex-direcção, acompanhado de cinquenta trabalhadores, já havia ocupado as instalações do Sindicato. Entretanto, os elementos da Lista vencedora, mal conhecidos os resultados eleitorais e a fim de evitarem a repetição do caso dos Farmacêuticos, propuseram-se, com o auxílio de trabalhadores afectos, ocupar também as instalações.

A ameaça de confrontação física generalizada chegou a parecer possível. Mas a intervenção de forças militares evitou o pior. As partes em confronto, já durante o dia do passado domingo, aceitaram dialogar tendo ficado combinado evacuar os ocupantes (afectos à anterior direcção) após prévia identificação e entregar as instalações aos novos corpos gerentes, aos quais seria dada posse imediata. Nada disso aconteceu, à excepção da evacuação dos ocupantes. As instalações foram encerradas e enquanto o Ministério do Trabalho se recusava a intervir no conflito os militares alegavam que só entregariam as instalações à nova direcção após ter decorrido o prazo para a impugnação do acto eleitoral. Ora esse prazo, nos termos estatutários é de três dias após o encerramento da Assembleia Eleitoral e portanto terminou na madrugada da passada quarta-feira. E os militares cumpriram a palavra. As 5 horas da madrugada de 4.ª-feira os corpos gerentes tomaram posse.

Entretanto, a anterior direcção opõe-se à entrega das instalações aos corpos gerentes eleitos, alegando que a data da tomada de posse já estava previamente marcada, de acordo com os Estatutos, para o próximo dia 14.

As consequências

As consequências da vitória, nos dois sindicatos, de listas não afectas à Intersindical e à tendência dominante nos respectivos organismos podem analisar-se a esses dois níveis, ou seja, em relação à central sindical e em relação ao comportamento interno nos organismos sindicais.

No que se refere à Intersindi-

cal é de salientar que ela perdeu os dois apoios principais no sector dos serviços. Efectivamente, tanto em quadros sindicais, como em número de associados e potencial financeiro os Bancários e Escritórios eram talvez os sindicatos mais fortes no sector dos serviços, se excluirmos o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de Lisboa.

De resto, os efeitos do resultado destas eleições na estrutura e orientação da Central Sindical são difíceis de prever. Tudo depende ainda dos resultados de outras eleições a realizar, especialmente em sindicatos operários do distrito de Lisboa (aqui a implantação da Inter e do P. C. P. é muito forte), e da estratégia que irá ser utilizada, após decisão das respectivas assembleias, no combate à actualização antidemocrática e cupulista do Secretariado da Intersindical.

Assim, é previsível que o Secretariado da Inter possa vir a ser combatido internamente levando os trabalhadores a debater e eventualmente modificar os Estatutos da Central, aprovados no contestado Congresso dos Sindicatos, e em última instância pressionar a destituição do actual Secretariado. Por outro lado, é viável, embora incorrecto e perigoso do ponto de vista dos trabalhadores, criar uma frente sindical, não legalizada e sem personalidade jurídica

ca, que se oponha à Inter. Esta última estratégia parece ser perfilhada por alguns sindicatos em que se verificaram recentemente eleições e foi mesmo publicamente defendida por um porta-voz do Sindicato dos Telefonistas de Lisboa.

Quanto à actuação das novas direcções no âmbito dos respectivos sindicatos, parece-nos de salientar quanto aos bancários a luta pela institucionalização da reconversão e controlo da banca em novos moldes, dando-se força às comissões de trabalhadores, democraticamente eleitas, e permitindo uma intervenção activa ao poder operário. Para já, o Sindicato deverá tomar posição contra a recente decisão governamental de reduzir o número de bancos. No mínimo os bancários exigirão a suspensão daquela decisão até que os trabalhadores interessados se pronunciem, como já o fizeram os trabalhadores do B. P. M., muito ligados à lista vencedora.

No que se refere aos Trabalhadores de Escritório a actividade da nova direcção estará fundamentalmente voltada, com o maior espírito reivindicativo, para a contratação colectiva de trabalho e para o estudo aprofundado das condições em que se deverá fazer a verticalização sindical.

A. A.

Bancários do Norte analisam as duas vitórias do Sul

EXPRESSO

LISSOIA

8 Set. 1975

NA PERSPECTIVA dos dirigentes do Sindicato dos Bancários do Norte — o primeiro em que a linha sindical afecta ao PCP sofreu pesada derrota — o resultado das eleições nos Bancários e Escritórios de Labors encaixou-se num processo mais geral e de mais longa data. Tem a ver com a estratégia sindical daquele partido reforçada no início da década de setenta. Recordando a organização de sindicatos paralelos ao PC, então, optou pelo trabalho dentro dos sindicatos corporativos. Chegando a 25 de Abril controlava algumas direcções e conseguiu logo após que ficassem à frente de outros sindicatos Comissões Administrativas da sua confiança.

Tanto os processos incorrectos usados na nomeação de algumas dessas Comissões Administrativas como a falta de democraticidade de estrutura sindical e um crescente "antipopulismo" determinaram — este último factor decisivamente — a derrota destas direcções manipuladas partidariamente. "No fundo essas direcções não servem as massas e por isso estas não se identificam com elas" — acrescentaram.

Os dirigentes bancários contactados salientaram que a ligação e apoio declarado à Interindustrial das Direcções de linha reformista contribuíram para os presentes resultados: Uma Interindustrial

fortemente contestada que controla greves, apoia uma manifestação anti-greve (CTT), promove contraditoriamente uma greve de meia hora depois de insistir na "batalha da produção", mini-greve esta que não encontrou adesão na maioria dos trabalhadores.

Abocadados quanto ao facto da sua eleição ter também influenciado os resultados, os dirigentes bancários foram do parecer que embora fosse o primeiro sinal desta conjuntura, mesmo que o resultado tivesse sido diferente nos Bancários do Norte, tudo se teria passado da mesma forma agora.

Interpelados quanto às Direcções eleitas no Sul, aqueles dirigentes não quiseram fazer considerações dado que, como acentuaram, para já há apenas programas e a prática política das novas direcções é que as definirá. Limitaram-se somente a discordar da terminologia por vezes utilizada que em seu entender poderá vir a agravar a divisão entre os trabalhadores no campo sindical.

Quanto à alteração que estas Direcções vêm provocar no interior da Interindustrial embora não sejam para já determinantes, os Bancários foram do parecer que se estão a criar excelentes condições para a desmontagem da máquina que enferma de burocracia, de falta de democraticidade interna, de instrumentalização partidária e

encontrar uma linha sindical que sirva melhor as massas trabalhadoras.

Recordaram algumas críticas após a realização do Congresso dos Sindicatos nomeadamente quanto à composição do secretariado que aceita por dirigentes e não por Sindicatos representados pelos seus dirigentes: "Incorrecta quanto a nós esta posição pois um dirigente sindical que vê os seus méritos reconhecidos não o consegue isoladamente mas em virtude do trabalho de um grupo que não é mais que o seu Sindicato. Parece-nos errado uma Confederação de Sindicatos distinguir dirigentes considerando-os individualmente em vez de realçar a acção dos Sindicatos onde eles militam e quanto a base dos seus êxitos.

"Mas ainda desta forma pode suceder que venha a estar no Secretariado o dirigente que já não faça parte dos corpos gerentes do seu Sindicato e, pior que isso, não mereça a confiança sindical dos seus camaradas de ramo de actividade."

A justiça desta crítica feita logo após o Congresso é demonstrada pela presente situação. Mas uma outra foi recordada a que concerne às votações:

"A parte de agora cada Sindicato deixa de ter um voto para dispor

de um número deles que está em função do respectivo número de trabalhadores sindicalizados; entramos, portanto, no campo da representatividade indirecta que nos parece permaturo face a uma verticalização que começa agora a dar os seus primeiros passos. Como a caminhada não poderá decorrer a um ritmo apressado vemos assim a grande disparidade que passa a existir: há Sindicatos com 120 votos e outros com três ou quatro. Na prática estes últimos estão sempre em inferioridade tanto mais que dez os votos dos Sindicatos mais "populosos" poderão fazer desequilibrar a balança das votações dada a percentagem de que passam a dispor". Pensam assim os dirigentes com quem falámos que se terá que contestar e alterar esta estrutura interna (mais rígida ainda após o Congresso) e lutar dentro da própria Interindustrial. E esta a sua posição — lutar dentro da Interindustrial não aceitando a formação de uma outra Confederação paralela.

Entretanto, no Porto, deverão ser eleitas, brevemente, outras direcções sindicais que poderão vir determinar nova correlação de forças na União do Norte, nomeadamente, os Trabalhadores de Vestuário do Norte, dos Metalúrgicos (do Porto e de Aveiro), dos Escritórios e dos Quilmeiros.

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

REPÚBLICA

LISBOA

6 SET. 1975

RESULTADO DAS ELEIÇÕES REALIZADAS EM 30 DE AGOSTO DE 1975

Participação de Associados:

Lisboa 9 912

Província e Ilhas 3 166

13 078Percentagem de participação em relação aos
27 397 associados com direito a voto 47,7 %

DISTRIBUIÇÃO DOS VOTOS PELAS DIFERENTES LISTAS E ORGAOS

	Ass. Geral	Direcção	Cons. Fiscal	Com. Tendência
LISTA A	9 240	9 197	9 137	8 402
LISTA B	3 470	3 526	3 566	2 942
LISTA C	—	—	—	1 393

LUGARES NA COMISSAO DE REPRESENTAÇÃO DE TENDENCIAS:

LISTA A 5

LISTA B 4

LISTA C 2

11

Lisboa, 4 de Setembro de 1975.

Pelo Secretariado da Mesa da Assembleia Geral

a) Francisco Teodósio Juradinho Serrano

6 SET. 1975

SINDICALISTA BANCÁRIO DESLIGA-SE DO ORGANISMO DE TRABALHADORES

EM circunstâncias porventura controversas, o delegado sindical do Banco Português do Atlântico, de Faro, L. Dinarte Faleiro Afonso Vedes, a poucos dias das eleições no seu Sindicato, pediu a demissão daquelas funções. A seu pedido publicamos a carta que endereçou ao Corpo de Delegados Sindicais dos Bancários, do distrito de Faro:

Lagos, 25 de Agosto de 1975

Camaradas,

Porque: 1 — Ao longo de cerca de seis anos e alguns meses, tenho vindo a pertencer ao executivo da C. D. D. de Faro, desde, portanto, a sua fundação, em Novembro de 1969. 2 — Entendo que uma tão longa permanência num corpo representativo, ainda que por eleições democráticas e sucessivas, acaba por ser prejudicial, podendo até originar certa controvérsia de opiniões, pois é bem certo que nunca ninguém poderá ser, ou sequer parecer, imprescindível a qualquer organismo representativo dos trabalhadores. 3 — Estou a sentir-me cansado, por tanto tempo de acumulação de trabalho, simultaneamente no Banco e no Sindicato. 4 — Há tempos que tenho andado prejudicado com problemas de saúde (vista e sistema neuro-vegetativo) que estão a exigir um sistema de vida mais calmo e dietético. 5 — A juntar a tudo isto, tenho sido testemunha impotente de querelas partidárias, dentro do nosso Sindicato e para mim, mais desolador ainda, entre alguns trabalhadores bancários deste distrito, o que

sempre considerei altamente prejudicial à actividade sindical e desanimador para os seus activistas. E não se pense que também aqui se trata de pensar pela cabeça de qualquer partido político, pois que há muito que retirei a minha adesão a determinada linha política, logo que verifiquei tentativas de hegemonia no seio dos trabalhadores.

Por tudo isto, portanto, camaradas delegados sindicais deste distrito, que em devido tempo me elegeram e me reelegeram para novo mandato, apresento o meu pedido de demissão, de membro da Comissão Distrital de Delegados deste distrito, a partir desta data.

Antes de terminar importa salientar que: a) Esta não é uma decisão precipitada, tomada de ânimo leve, pois que há muito tempo anda em embrião no meu espírito, como já cheguei a confidenciar a alguns colegas de luta sindical. E no sossego destas férias em Lagos, tive oportunidade de ponderar bem todo o contexto em que me sinto inserido. b) É uma decisão inabalável e desde já afirmo não aceitar qualquer reeleição, numa possível reestruturação da C. D. D., Faro. c) Como se trata de um pedido de demissão perante cerca de 80 delegados, requeiro que o executivo da C. D. D., Faro, transcreva com urgência, o conteúdo exacto desta carta, em circular aos delegados.

Para os camaradas da C. D. D., Faro um abraço fraterno e a certeza de que continuarão com um aliado firme, como delegado sindical ou simplesmente, trabalhador bancário.

6 SET. 1975

Importantes eleições sindicais em Setembro

Parece confirmar-se, de facto, uma mudança de orientação no movimento sindical. As derrotas que o PC e, consequentemente, a Intersindical, sofreram nos Bancários e nos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa são significativas. As eleições nestes dois sindicatos, que agrupam cerca de 100 mil trabalhadores, constituem para a Intersindical não só um importante revés económico (note-se que o Sindicato dos Bancários, com as suas receitas, era um dos principais sustentáculos económicos da Central sindical), como também, e sobretudo, uma incontestável derrota política.

nas futuras decisões políticas.

É de crer que isto seja apenas o princípio do fim da burocracia dirigista sindical. As eleições nos sindicatos continuam e as perspectivas para a linha PCP/MDP parecem cada vez menos favoráveis. Se bem que os empregados de escritório e os bancários estejam enquadrados em sectores predominantemente pequeno-burgueses, também o isolamento da burocracia de Estado perante a classe operária ficou bem patente com a tentativa frustrada de mobilização popular na última greve simbólica da Intersindical, que teve o apoio público de Vasco Gonçalves.

Neste aspecto assume particular relevo o Sindicato dos Bancários (onde a linha PCP/MDP perdeu tanto no Sul como no Norte e no Centro), directamente ligado à reestruturação da Banca. Se até aqui o PCP conseguia manter uma conjugação perfeita dos centros de decisão, interligando Sindicato-Intersindical-Governo — e mesmo — Conselho da Revolução (ver a presença de elementos do CR no Congresso da Intersindical), hoje já tudo se passa de maneira bem diferente. Qualquer que seja a saída da crise política que atravessamos, estes dois sindicatos expressarão certamente uma palavra independente do Poder, que muito pesará

11 SET. 1975

Ex-bancários de Angola

Recebemos dois elementos da Comissão de Retornados da Banca de Angola, nomeados em plenário, no dia 5 do corrente, que solicitam a todos os colegas funcionários bancários espalhados pelo País e que ainda não entraram em contacto com a respectiva comissão, para o fazerem logo que possam. Devem dirigir-se ao Sindicato dos Bancários da Zona Sul e Ilhas em Lisboa, para tratarem de assuntos tendentes a resolver a sua situação em Portugal.

O PRIMEIRO DE JANEIRO

PORTO

12 SET. 1975

★ **A DIRECÇÃO DO SINDICATO
DOS BANCÁRIOS DO SUL
TAMBÉM APOIA
A REVOGAÇÃO DA LEI**

De acordo com um comunicado do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, a direcção daquele organismo de classe, reunido ontem em sessão extraordinária, deliberou «exigir a imediata revogação da Lei do condicionamento da informação militar, que considera antidemocrática e antipopular» e «apelar para todos os jornalistas democratas, patriotas, e antifascistas que se oponham, na prática, a esta Lei e para todos os trabalhadores, em geral, para que tomem posição acerca da sua revogação, pois é lesiva dos seus interesses».

No referido documento, o Sindicato dos Bancários sublinha que comunicou a sua posição ao Conselho da Revolução.

HOJE:

É AGUARDADA grande manifestação de unidade

A manifestação unitária convocada para hoje por várias comissões de trabalhadores da cintura industrial de Lisboa, marcada para o Terreiro do Paço, às 18 e 30, já teriam aderido os seguintes organismos: União dos Sindicatos do Sul, União dos Sindicatos dos Ferroviários, Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, Sindicato da Construção Civil de Lisboa, Sindicato dos Químicos de Lisboa, Sindicato dos Electricistas de Lisboa, Sindicato da Indústria Hoteleira de Lisboa, Sindicato dos Pescadores do Distrito de Leiria, Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Alto e Baixo Alentejo, Comissões de Trabalhadores da Guérin, da Intento, de Artur Campos, Lda, da Casa Hipólito, da Minastela, da Ecrii, da Fábrica de Borracha Piral e Irrompível, da Fritz Mayer, da Fábrica MEC, da Europeia, da Soda Póvoa, da

CIMA, da N.C.R. e de «A Capital» e ainda: Conselho Geral de Trabalhadores da E.N. P., Comissão Coordenadora das Petrolíferas (Sacor, Sonap, Shell e B. P.), Comissão de Delegados Sindicais dos Bancos Totta & Açores, Espírito Santo e Pinto & Sotto Mayor, Comissão de Delegados da Mocar-Santomar, Comissão de Controlo e Delegados da Plasluz e Comissão Dinamizadora Pró-Conselho de Trabalhadores da Freguesia de Carnaxide.

Também as Comissões de Moradores da Pontinha, A-dos-Loucos, S. Domingos de Rana, Tires, Trajouce, Abóboda e Zambujal, tinham já manifestado o seu apoio ao Secretariado Provisório.

O P. C. P. convidou também os seus militantes a participarem assim como a Intersindical anunciou a sua aderência.

COMERCIO PO
PORO - 19/9/1915

A propósito dos acontecimentos acima referidos, recebemos, de Aveiro, o seguinte telegrama :

«Empregados Banco Sotto Mayor Aveiro solidários colegas Alentejo manifestam repúdio acções violentas greve forçada atentados liberdade feitos pessoais indefesas por motivações partidárias».

18 SET. 1975

SINDICATO BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

AOS TRABALHADORES DAS CAIXAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

CONVOCATÓRIA

Para análise da situação nas CAIXAS DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO convocamos todos os trabalhadores deste sector para uma reunião na Sede do Sindicato, Rua de São José, 131, no dia 20/Setembro/1975, às 15 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. Reestruturação das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo;
2. Revisão da Tabela Salarial;
3. Saneamento do Sector.

Lisboa, 16-9-1975.

Pel'A DIRECÇÃO
(Ilegível)

19 SET. 1975

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DENUNCIA (NO ALENTEJO) MANOBRAS PARTIDÁRIAS

Perante a onda de agitação que varreu na quarta-feira o Alentejo, nomeadamente em Évora, Portalegre, Beja e Estre-

moz, e que teve origem numa manifestação a favor da aplicação da reforma agrária, o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas emitiu um comunicado em que denuncia manobras partidárias por detrás dos factos. Recordamos que as agências bancárias foram um dos alvos dos manifestantes, tendo muitas delas sido obrigadas a encerrar e os funcionários agredidos.

Diz o Sindicato que «certas formações políticas» que controlam o Ministério da Agricultura e a Secretaria do Estado do Tesouro «vêm servir-se dos trabalhadores procurando ilibar-se de culpas que só a elas pertencem e, simultaneamente, retirar os dividendos políticos da situação confusa e de insegurança que criaram».

Assim, a Direcção do Sindicato declara que a sua posição, «clara e inequívoca», é a seguinte:

«Repudiar a tentativa de envolvimento dos trabalhadores bancários em responsabilidades que não lhes cabem relativamente à concessão de crédito agrícola; solidarizar-se com os camaradas que, nos seus próprios locais de trabalho, foram alvo de provocações, ameaças e mesmo agressões físicas; solidarizar-se com todos os trabalhadores agrícolas pela sua justa luta por uma verdadeira reforma agrária, nunca pactuando com latifundiários ou monopolistas de qualquer espécie».

Sindicato dos bancários comenta incidentes no Alentejo

Os incidentes ocorridos durante o dia de greve decretada pelos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas do Alentejo e Ligas de Pequenos e Médios Proprietários Rurais, e que envolveram trabalhadores dos bancos de Évora, Portalegre, Beja, Estremoz e outras localidades, levaram a direcção do Sindicato dos bancários do Sul a tornar público um comunicado. A posição nele tomada, face ao que considera "manobras divisionistas que mais não visam do que lançar trabalhadores contra trabalhadores, no intuito de recuperar posições no aparelho de Estado", é de "repudiar a tentativa de envolvimento dos trabalhadores bancários em responsabilidades que não lhes cabem relativamente a concessão de Crédito Agrícola; solidarizar-se com os camaradas que nos seus locais de trabalho foram alvo de provocações, ameaças e mesmo agressões físicas; solidarizar-se com todos os trabalhadores agrícolas pela sua justa luta por uma verdadeira Reforma Agrária, nunca pactuando com latifundiários ou monopolistas de qualquer espécie."

Os incidentes referidos tiveram origem no encerramento forçado das instalações bancárias, depois

dos plénários dos respectivos trabalhadores terem decidido não aderir à paralização. Também algumas das palavras de ordem das manifestações, como as de "saneamento, reaccionários fora dos Bancos" ou "Crédito Agrícola imediato", tiveram por efeito situações de hostilidade contra trabalhadores bancários agravadas ainda por acusações de carácter partidário. Também a Comissão de Trabalhadores e a Comissão de delegados sindicais do Banco Português do Atlântico se pronunciou sobre os acontecimentos, tendo enviado à Presidência da República um telegrama de protesto contra atitudes que qualificam de "terroristas" dirigidas contra os seus camaradas de trabalho das agências do Alentejo. Ao mesmo tempo, as mesmas comissões reafirmam "o seu total apoio à justa luta do povo alentejano, nomeadamente os assalariados rurais, por uma efectiva e verdadeira reforma agrária; assim como o seu total apoio a um sistema de crédito agrícola posto ao serviço das massas exploradas dos campos, e não a um crédito a taxas de juro elevadas, com "plafondes" ridículos e na maioria dos casos já esgotado."

19 SET. 1975

BANCÁRIOS RESPONSABILIZAM MINISTÉRIO DA AGRICULTURA PELA MISÉRIA NOS CAMPOS

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas distribuiu um comunicado no qual considera que, «perante os gravíssimos acontecimentos ocorridos ontem em Évora, Portalegre, Beja, Estremoz e outras localidades do Alentejo, em que bancários foram, nuns casos, vítimas de agressões e noutros impedidos de trabalhar, a direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas considera seu dever denunciar ao povo trabalhador alguns factos, de entre muitos que se verificaram e que estão na origem da situação criada. Defendendo a necessidade premente de levar à prática uma "verdadeira reforma agrária" que se traduza na entrega efectiva da terra a quem a trabalha, com a consequente melhoria das condições de vida dos camponeses e dos assalariados agrícolas, constatamos e denunciámos, apesar de todas as palavras pomposas proferidas até aqui e que não passam de pura demagogia, que a política adoptada pelo Ministério da Agricultura, Secretaria de Estado do Tesouro e de outras entidades é a grande responsável pela situação de miséria e consequente descontentamento que grassa nos nossos campos. Aproveitando-se desta situação, pela qual são altamente responsáveis, dado o controlo que exercem sobre os organismos já mencionados, certas formações políticas vêm servir-se dos trabalhadores procurando ilibar-se de

culpas que só a elas pertencem e, simultaneamente, retirar os dividendos políticos da situação confusa e de insegurança que criaram».

E o comunicado prossegue afirmando que, assim, «não nos surpreende, portanto, que algumas das palavras de ordem das «manifestações» ontem levadas a cabo, fossem: "Sanamento, reaccionários fora dos bancos", "Crédito Agrícola imediato", como se os culpados das dificuldades vividas pelos trabalhadores agrícolas fossem os trabalhadores bancários e não aqueles que agora convocam estas "manifestações" e paralisações. Daí que se tenham verificado alguns casos que passamos a referir a título de exemplo: em Estremoz, trabalhadores do Banco de Portugal e do Banco Espírito Santo foram intimados e obrigados a encerrar as agências. Em Évora, para além de tudo o que se verificou em Estremoz e de estragos materiais, há a registar ferimentos em três camaradas do Banco de Portugal causados por arruaceiros, na altura em que forças militares procediam à sua evacuação.»

E os bancários terminam, salientando que «face a estas manobras divisionistas que mais não visam do que lançar trabalhadores contra trabalhadores, no intuito de recuperar posições no aparelho de Estado, a posição clara e inequívoca da direcção deste sindicato é de repudiar a tentativa de envolvimento dos trabalhadores bancários em responsabilidades que não lhes cabem relativamente à concessão de Crédito Agrícola; solidarizar-se com os camaradas que nos seus próprios locais de trabalho foram alvo de provocações, ameaças e mesmo agressões físicas; solidarizar-se com todos os trabalhadores agrícolas pela sua justa luta por uma verdadeira Reforma Agrária, nunca pactuando com latifundiários ou monopolistas de qualquer espécie.

Por fim, queremos vincar que consideramos a decisão tomada pela Comissão Distrital de Beja, de mandar encerrar as agências do distrito, como arbitrária e incorrecta, por não ter sido precedida de ampla consulta e participação de todos os trabalhadores que representam.»

Trabalhadores bancários vítimas de manobras partidárias

Da Direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas recebemos ontem, o seguinte comunicado:

«Perante os gravíssimos acontecimentos ocorridos ontem, em Évora, Portalegre, Beja, Estremoz e outras localidades do Alentejo, em que bancários foram nuns casos vítimas de agressões e noutros impedidos de trabalhar, a direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas considera seu dever denunciar ao povo trabalhador alguns factos, de entre muitos que se verificaram e que estão na origem da situação criada...

— Defendendo a necessidade premente de levar à prática uma «verdadeira reforma agrária», que se traduza na entrega efectiva da terra a quem a trabalha, com a consequente melhoria das condições de vida dos camponeses e dos assalariados agrícolas, constatamos a denunciámos — apesar de todas as palavras pomposas proferidas até aqui e que não passam de pura demagogia — que a política adoptada pelo Ministério da Agricultura, Secretaria de Estado do Tesouro e de outras entidades é a grande responsável pela situação de miséria e consequente descontentamento que grassa nos nossos campos.

— Aproveitando-se desta situação pela qual são altamente responsáveis dado o controle que exercem sobre os organismos já mencionados, certas formações políticas vem servir-se dos trabalhadores procurando libar-se de culpas que só a elas pertencem e, simultaneamente retirar os dividendos políticos da situação confusa e da insegurança que criaram.

— Não nos surpreende portanto, que algumas das palavras de ordem das «manifestações» ontem levadas a cabo, fossem «Saneamento reaccionários fora dos Bancos», «Crédito agrícola imediato» como se os culpados das dificuldades vividas pelos trabalhadores agrícolas fossem os trabalhadores bancários e não aqueles que agora convocam estas «manifestações» e paralisações.

— Daí que se tenham verificado alguns casos que passamos a referir a título de exemplo:

«Em Estremoz, trabalhadores do Banco de Portugal e do Banco Espírito Santo foram intimados e obrigados a encerrar as agências;

«Em Évora para além de tudo o que se verificou em Estremoz e de estragos materiais, há a registar ferimentos em três camaradas do Banco de Portugal causados por arruaceiros, na altura em que as forças militares procediam à sua evacuação.

Face a estas manobras diversionistas que mais não visam do que lançar trabalhadores contra trabalhadores, no intuito de recuperar posições no aparelho de Estado, a posição clara e inequívoca da direcção deste Sindicato é de:

1 — Repudiar a tentativa de envolvimento dos trabalhadores bancários em responsabilidades que não lhes cabem relativamente à concessão de crédito agrícola.

2 — Solidarizar-se com os camaradas que nos seus próprios locais de trabalho foram alvo de provocações, ameaças e mesmo agressões físicas.

3 — Solidarizar-se com todos os trabalhadores agrícolas pela sua justa luta por uma verdadeira reforma agrária, nunca pactuando com latifundiários ou monopolistas de qualquer espécie.

Por fim, queremos vincar que consideramos a decisão tomada pela comissão distrital de Beja, de mandar encerrar as agências do distrito, como arbitrária e incorrecta por não ter sido precedida de ampla consulta e participação de todos os trabalhadores que representamos.

19 SET. 1975

em Estremoz e de estragos materiais, há a registar ferimentos em três camaradas do Banco de Portugal causados por arruaceiros, na altura em que forças militares procediam à sua evacuação», a Direcção do Sindicato declarou:

1.º — Repudiar a tentativa de envolvimento dos trabalhadores bancários em responsabilidades que não lhes cabem relativamente à concessão de crédito agrícola;

2.º — Solidarizar-se com os camaradas que nos seus próprios locais de trabalho foram alvo de provocações, ameaças e mesmo agressões físicas;

3.º — Solidarizar-se com todos os trabalhadores agrícolas pela sua justa luta por uma verdadeira Reforma Agrária, nunca actuando com latifundiários ou monopolistas de qualquer espécie.»

A direcção dos bancários do Sul toma posição

Subordinado ao título «Trabalhadores bancários vítimas de manobras partidárias», a Direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas publica um comunicado em que considera «agradecidos» os «acontecimentos ocorridos em Évora, Portalegre, Beja, Estremoz e outras localidades do Alentejo, em que bancários foram, nuns casos, vítimas de agressões, e noutros impedidos de trabalhar».

Após defender «a necessidade premente de levar à prática uma verdadeira reforma agrária que se traduza na entrega efectiva da terra a quem a trabalha, com a consequente melhoria das condições de vida dos camponeses e dos assalariados agrícolas», critica a direcção dos bancários a forma como ela tem sido conduzida, libando assim os trabalhadores bancários das dificuldades vividas pelos trabalhadores agrícolas.

Depois de exemplificar com os factos ocorridos em Estremoz — onde «trabalhadores do Banco de Portugal e do Banco Espírito Santo foram intimados e obrigados a encerrar as agências» — e em Évora, onde «para além de tudo o que se verificou

2 0 SET. 1975

Incidentes

no sindicato dos bancários após uma conferência de Imprensa sobre acontecimentos no Alentejo

● Reunião não convocada na origem do caso

A «proposta de saneamento» de três delegados sindicais bancários, aprovada num comício efectuado em Évora, na quinta-feira, na sequência de acontecimentos de vária ordem ocorridos ultimamente no Alentejo, motivou a convocação de uma conferência de Imprensa, ontem, de manhã, por parte da Direcção do Sindicato dos Bancários do Sul, na sede do Organismo e à qual nos referimos noutra local.

Cerca do meio-dia, quando havia terminado a conferência, os directores do Sindicato verificaram que numa sala do edifício se processava uma reunião não convocada pelo Organismo ou por trabalhadores bancários identificados, na qual estavam presentes elementos da anterior Direcção do Sindicato e da lista vencida nas eleições para os Corpos Gerentes do Organismo efectuadas há duas semanas.

Nessa reunião, com cerca de 200 presenças foi exigida a presença de elementos da Direcção para esclarecimentos, mas as perguntas feitas tinham «carácter provocatório», segundo a expressão usada por um elemento da Direcção, pois acusavam a Direcção de ser constituída «por fascistas e agentes da CIA» e de não estar ao lado dos trabalhadores agrícolas, ao mesmo tempo que impediam os directores de usar da palavra.

* AGREDIDOS DOIS DIRECTORES

A partir desse momento, os ânimos exaltaram-se e dois deles foram agredidos pelos empregados bancários, que, a seguir, aprovaram uma moção contra a actual direcção.

Os incidentes no Sindicato chegaram rapidamente ao conhecimento dos empregados bancários que estavam no período do almoço e imediatamente se dirigiram à sede do organismo, juntando-se muitos na Rua de S. José, dado que não cabiam nas instalações.

Entretanto, os que haviam participado nos incidentes abandonaram o edifício com alguma antecedência a pretexto de regressarem aos seus postos de trabalho.

Foi, todavia, deliberado convocar uma reunião geral de sócios para as 18 horas, a qual viria a decorrer com muitos

associados no exterior — apresentaram-se mais de mil trabalhadores bancários —, dada a impossibilidade de todos caberem nas salas.

Nesse plenário foram «denunciados os provocadores e principais implicados nos acontecimentos da tarde», «identificados os responsáveis pela insatisfação criada com a atribuição do crédito agrícola», e revelado se tratara de «uma manobra desesperada para lançar o Povo contra os trabalhadores bancários».

* APROVADA UMA MOÇÃO

Na sequência da reunião foi aprovada a seguinte moção:

«Considerando que os graves acontecimentos de hoje no sindicato, a pretexto de uma tomada de posição face ao comunicado emanado da Direcção em defesa dos trabalhadores bancários, teve um carácter perfeitamente provocatório, com agressões físicas e insultos a membros da Direcção; considerando que tais trabalhadores afectos à antiga Direcção «social-fascista» sempre atacaram e caluniaram os camponeses e as suas lutas; entende-se que tal procedimento se insere na tentativa «golpe socia-fascista» dentro dos sindicatos que tem as suas Direcções eleitas democraticamente; propõe-se:

1 — Repudiar firmemente tal atitude por se considerar atentória dos mais elementares princípios democráticos;

2 — Fazer um inquérito aos elementos que agrediram membros da Direcção e aprovar as medidas a tomar face a tais indivíduos, numa assembleia geral convocada pela Direcção do Sindicato;

3 — Dar todo o apoio à actual direcção considerando que o conteúdo do comunicado n.º 3-75 é a única posição correcta face aos acontecimentos do Alentejo.

4 — Divulgar esta moção por todos os órgãos da Informação.

NOTA — Esta moção foi aprovada por maioria, com seis votos contra e cinco abstenções em reunião geral de sócios convocada por um grupo de associados, realizada hoje (ontem), pelas 18 horas, frente às instalações do sindicato, na rua, facto este motivado pela impossibilidade de estas instalações comportarem o elevado número de associados que ao sindicato ocorreu.

Os Bancários, o Crédito Agrícola e os acontecimentos do Alentejo

PARA O ESCLARECIMENTO público das incidências do Alentejo, necessariamente em Évora, onde se verificaram acontecimentos entre bancários e camponeses, a direcção do Sindicato dos Bancários de Setúbal iniciou a seguinte Comissão de Inquérito:

— Comissão por parte da palavra dirigente sindical Bancário de Évora, que se dedicava a fazer parte da observação do acontecimento do facto. — Os trabalhadores agrários do Alentejo que participaram no trabalho por razões que entendemos justas, queramos fazer a participação oral, por conselho — afirmou Luciano de Oliveira acrescentando que a participação do Alentejo, quando adoptou atitudes agressivas, estava a ser marcada e por certos pessoas. Mas adiantou referir que um trabalho semelhante ao cometido do Fomento e o pagamento de quatro bancários, ficando que essa medida não foi apreciada por aqueles trabalhadores envolvidos no facto, mas por elementos de carácter político.

Falou novamente Bento da Cruz, Director Distrital de Fomento, afirmando que a mesma medida, considerada demagógica e provocadora, não deveria ser já alvo de inquérito com tão difíceis condições, dentro das circunstâncias que se mantiveram a época dos trabalhadores em greve, mesmo que a Assembleia regional tivesse sido convocada.

Bento adiantou depois o problema do crédito agrícola, já que não seria uma das razões que levaram os trabalhadores agrícolas a assumir as atitudes agressivas que foram o resultado de uma situação de bancários que queriam fugir com o dinheiro e só devem crédito aos trabalhadores rurais. Acrescentando que, por enquanto, as medidas de crédito sobre a distribuição e repartição do produto ainda aos bancários por falta das estruturas de consumo, distribuição e repartição, pela actual situação, são graves e actuais.

Ainda sobre o crédito Bancário de Évora pronunciou-se o seguinte da sua aplicação. Ainda acrescentando que se trata de critérios de distribuição de crédito sobre os serviços de Évora e de Beja, e do Banco Central (Banco de Portugal) e do Banco de Évora, e da direcção do Sindicato sobre o assunto.

— O trabalho bancário deve incluir formas de organização para permitir combater as actividades do Banco. Os critérios Comissões de trabalhadores em alguns bancos que existem não controla. Mas o Sindicato entende que não deve intervir-se no acto sobre condições. Os comités de trabalhadores quando existem organizados, terão um papel concreto no contexto de crédito, mas independentemente dos critérios adoptados de parte política. Os critérios para a atribuição de crédito devem, portanto, passar a ser definidos pelos trabalhadores. Não só pelos trabalhadores bancários, mas por todos os trabalhadores deste país. Para isso deve haver ligação entre os comités de trabalhadores dos bancos e os comités de trabalhadores das organizações de trabalho, através de reuniões, mas não ao serviço de todos os trabalhadores.

Outro tema levantado durante esta conferência de imprensa foi o acontecimento dos trabalhadores bancários em Beja, onde foi tomado a iniciativa de 30 bancários e controlados pela comissão distrital daquele cidade um conjunto de trabalhadores. Este documento foi considerado, no contexto da direcção do Sindicato, um acto de insubordinação e inaceptável por não se ter procedido de parte exclusiva e unilateralmente sobre os trabalhadores que representam. Foi o único Sindicato do distrito. Porém, não houve em Beja quem tivesse conhecimento dos factos, informou que a direcção distal não tomou nenhuma medida sobre o problema sobre crédito, onde estavam presentes o Conselho Distrital, comités de trabalhadores e comités de bancários, adoptando uma posição. Naturalmente a direcção do Sindicato não teve qualquer delegação incluída na matéria.

que bancários foram os únicos titulares de agendas e outros instrumentos de trabalho. A Direcção de Trabalho dos Bancários de Setúbal considera que os trabalhadores não devem ser obrigados a trabalhar alguns factos, de entre outros que se verificaram e que estão na origem da situação actual.

— Debatendo o assunto, o presidente de Beja à primeira reunião declarou referindo que se tinham os comités locais da Beja a quem a situação não se conseguia resolver das condições de vida dos camponeses e dos trabalhadores agrícolas, camponeses e democratas — apesar de todos os poderes possíveis existentes no país e que não passava de pura demagogia — que a posição adoptada pelo Ministério da Agricultura, Secretaria de Estado do Fomento e do Banco de Évora e do grande responsável pela situação

de crédito e consequente desmantelamento que grassa nos nossos campos.

— Aparentando-se desta situação pela qual os agricultores responsáveis, dada a situação que existe sobre o Organismo de Banco Nacional, certas formações tendem para servir-se dos trabalhadores para obter melhorias de alguns que já se não conseguem e, simultaneamente, evitar a distribuição equitativa da situação criada e de assegurar os critérios.

— Não são necessários, porém, que algumas das palavras de ordem são "socialistas" ou "de direita", mesmo "camponeses, nacionalistas, lista dos Bancários", "Crédito agrícola imediato" ou se os camponeses não defendam a visão dos trabalhadores agrícolas. Mas os trabalhadores bancários e não apenas, que após começarem

com "socialistas" e "partidários". Dado que se tinham realizado alguns actos que menciono e referem a título de exemplo.

— Em Évora, trabalhadores do Banco de Portugal e do Banco de Évora foram atacados e ameaçados a caminho de agricultura.

— Em Beja para além de tudo o que se verificou em Évora e de ataques similares, se o seguinte aconteceu no dia 22 de Setembro do Banco de Portugal atacados por camponeses, os alunos que foram enviados para lá de Beja.

— Não se esqueça, porém, que os trabalhadores agrícolas para não serem atacados pelo Banco de Portugal, foram enviados para lá de Beja.

1.º — Responder a tentativas de recrutamento dos trabalhadores bancários, que, especialmente, que não têm objecto politicamente a comissão de Crédito Agrícola.

2.º — Solidarizar-se com os camponeses que não foram responsáveis de trabalho foram alvo de provocações, ameaças e outros ataques físicos.

3.º — Solidarizar-se com todos os trabalhadores agrícolas para não serem atacados pelo Banco de Portugal, sendo particularmente os trabalhadores em monopólios de qualquer espécie.

4.º — Não esquecer, porém, que os trabalhadores agrícolas para não serem atacados pelo Banco de Portugal, foram enviados para lá de Beja.

"Trabalhadores bancários vítimas de manobras partidárias"

PERANTE os graves acontecimentos ocorridos em Évora, Portugal, Beja, Évora e outros locais de Beja, Beja e Évora.

20 SET. 1975

— **C**ONSIDERANDO que os acontecimentos ocorridos no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, a pretexto de uma tomada de posição face ao comunicado emanado da direcção em defesa dos trabalhadores bancários, teve um carácter perfeitamente provocatório, tendo havido agressões físicas e insultos a membros da direcção; entendendo-se que tal procedimento se insere na tentativa de golpe social-fascista dentro dos sindicatos que têm as suas direcções eleitas democraticamente, os bancários reunidos na sede do seu sindicato na tarde de 19 de Setembro, decidem: primeiro, repudiar firmemente tal atitude, por considerar atentatória dos mais elementares princípios democráticos; segundo, fazer um inquérito aos elementos que agrediram os membros da direcção e aprovar medidas a tomar face a tais indivíduos numa assembleia a convocar pela direcção sindical; terceiro, dar todo o nosso apoio à actual direcção, considerando que o conteúdo do comunicado n.º 3 é a única posição correcta face aos acontecimentos do Alentejo.»

Esta foi a moção aprovada pela imensa maioria de mais de 400 trabalhadores bancários ontem reunidos na Rua de S. José, frente às instalações do respectivo sindicato (por não caberem lá dentro, numa sala onde todos pudessem ouvir ou fazer-se escutar), convocados à última hora pelos motivos que passaremos a expor. A moção teve seis votos contra e cinco abstenções, tendo

os restantes aprovado, antes e depois da contagem, por aclamação, dando uma inequívoca prova de que estão solidários com a sua direcção. Aliás, durante a reunião foram recebidos inúmeros telegramas e outras mensagens de adesão e solidariedade, principalmente de trabalhadores bancários de todo o País, mas também de outras empresas e até de outros sindicatos.

Assembleia selvagem

A inesperada reunião extraordinária dos bancários foi motivada por ocorrências estranhas que decorreram na sede do referido sindicato, logo após uma conferência de imprensa promovida pela actual direcção para explicar os recentes acontecimentos relacionados com a greve dos trabalhadores do Alentejo, que se efectuou pelas 9 e 30 de ontem. Após aquela conferência, que terminou cerca do meio-dia; os dirigentes sindicais deram-se conta de que

havia um grande número de sócios, talvez uns duzentos, reunidos na chamada «sala cinzenta», precisamente a sala das reuniões, sem que eles, dirigentes sindicais ou outros trabalhadores, como mais tarde se apurou, tivessem conhecimento de qualquer convocatória de assembleia. Ora, estes trabalhadores, logo que avistaram o primeiro membro da actual direcção, concretamente Barbosa de Oliveira, começaram a insultá-lo e, com ele, toda a direcção.

BANCÁRIOS REPUDIAM MANOBRAS PROVOCATÓRIAS E DIVISIONISTAS

do sindicato, chamando-lhes «reaccionários», «vendidos à C. I. A.», «fascistas», «contra-revolucionários», etc. e que estavam ali para fazerem uma série de perguntas a que exigiam pronta resposta. Começaram então o interrogatório, numa catadupa de perguntas, não permitindo qualquer intervalo entre as mesmas, para que o dirigente sindical pudesse responder cabalmente a cada uma. Além disso, quando aquele dirigente começou a responder, depois de um enorme esforço para reter de memória todas as questões postas, não o deixavam falar, interrompendo-o e insultando-o, ao mesmo tempo que iam redigindo uma proposta, mesmo antes de obterem qualquer explicação que, pelos vistos, não lhes interessava. Estava Barbosa de Oliveira a ser submetido àquele interrogatório quando chegaram outros colegas da direcção, o que mais exarcebou o ânimo dos que ali foram com insultos provocatórios, segundo nos declarou, *ipsis verbis*, o dirigente Vicente Pedras, que viria a ser,

juntamente com outro camarada, vítima das agressões físicas já apontadas.

De facto, de entre os «invasores» do sindicato, foram identificados concretamente Mário Henriques e Marque Alves, membros da anterior direcção e filiados no P. C. P., e ainda Carlos Grilo, sendo este último e o Marques Alves os agressores físicos, porque os outros ficaram-se nos insultos e ameaças de que «por agora fica assim, mas para a próxima apanham mais nas trombas». Um dos dirigentes agredidos ficou com um dedo torcido.

Entretanto, nas cantinas e restaurantes da vizinhança dos estabelecimentos bancários, onde àquela hora os trabalhadores almoçavam, começou a correr a notícia de que algo de anormal se estava a passar no seu sindicato. Ali acorreram imediatamente cerca de uma centena de bancários que, todavia, já se cruzaram no caminho com os colegas que tinham promovido a assembleia selvagem.

Decidiram, então, aqueles e os que tinham presenciado os acontecimentos, convocar a reunião para as 18 horas, à qual, como já dissemos, compareceram mais de 400 sócios para manifestarem a sua solidariedade com a direcção e o repúdio pela acção dos seus colegas, afectos à lista derrotada nas últimas eleições.

Aliás, como diria um trabalhador bancário durante a reunião da tarde, aquela acção «não foi mais do que um tubo de ensaio para outras manobras, pois não se explica como, sem que os trabalhadores fossem informados, um grupo de mais de 200 se apresentaram inopinadamente no sindicato para tomarem aquela posição». O referido orador, mais do que à

assembleia selvagem, pretendia aludir à moção igualmente selvagem que aqueles bancários aprovaram, condenando, em termos inqualificáveis e irreproduzíveis, a direcção do sindicato e afirmando que na mesma existem fascistas, o que têm de provar.

Bancários ao lado dos camponeses

Durante a reunião, quase todos os oradores se referiram, com mais ou menos pormenores, aos factos que estão na origem dos incidentes de ontem, ou seja, a greve ordenada no Alentejo, a que nem todos aderiram espontaneamente, antes à mesma foram coagidos, atribuindo as responsabilidades dos vexames e agressões a que foram sujeitos os bancários e a miséria a que estão ainda sujeitos os trabalhadores rurais, quer no Alentejo quer no Norte do País, aos «socialis-fascistas que ao longo da vigência dos vários Governos Provisórios e, especialmente, no Ministério da Agricultura, outra coisa não fizeram senão enganar os trabalhadores e colocá-los uns contra os outros». Vicente Pedras, entre outros, afirmou:

— Os promotores (da greve e das invasões das agências bancárias) quiseram voltar os trabalhadores agrícolas contra os trabalhadores da banca e outros trabalhadores em geral. Ora o crédito agrícola, se sofre de anomalias, estas devem-se aos colegas para lá mandados pela anterior direcção do sindicato, que nomeava segundo a ideologia dos que detinham o Poder, ou seja, dos socialis-fascistas. Foram eles, os governantes responsáveis pelo sector, os que entravaram a re-

volução e não os empregados bancários, que não são quem decide se A, B ou C é que tem direito ao crédito bancário... Quem superintendia no Ministério da Agricultura? O partido, precisamente, que hoje volta os trabalhadores contra os trabalhadores sem nada fazer de concreto. Quem explora os trabalhadores agrícolas são os mesmos que hoje exploram os trabalhadores bancários.

Nun dos muitos comunicados de adesão recebidos, nomeadamente no da comissão de delegados bancários de Évora, lê-se, depois da denúncia dos verdadeiros responsáveis da situação de miséria a que estão a chegar os camponeses, o seguinte:

«Os bancários nunca aceitarão que sejam alvo de coacção física que os prive do direito ao trabalho, já que entendem que trabalhando melhor podem ajudar os trabalhadores de outros sectores a resolver os seus problemas num momento em que, na verdade, a economia está em crise — ou já não é válida a necessidade de vencer a batalha da produção?»

Outro trabalhador bancário diria que «o problema dos trabalhadores rurais é que têm fome e há meses que não recebem ordenado». Foi, todavia, este mesmo bancário que, a certa altura, se confundiu, começou a defender o P. C. e recebeu uma enorme vaia que o não deixou prosseguir. Teve então de intervir um dos dirigentes, apelando para o bom senso de todos, a fim de deixarem todos os colegas falarem livremente, mas pedindo, ao mesmo tempo, que os oradores não fizessem conexões partidárias, a fim de não provocarem a desunião entre os trabalhadores.

20 SET. 1975

Lisboa

Sindicato dos Bancários — ambiente de tensão

Para analisar e tomar posição sobre o último comunicado da direcção, reuniram-se ontem na sede do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas cerca de duzentos sócios afectos à anterior direcção amplamente derrotada nas eleições de 30 de Setembro passado.

A reunião concluiu-se com a aprovação de uma moção de censura ao aludido comunicado, que ontem publicámos. Na reunião esteve presente Barbosa de Oliveira, da actual Direcção, que respondeu a algumas perguntas que lhe foram formuladas.

A nossa reportagem contactou um elemento da direcção, que nos afirmou não ser verdade "que o comunicado prove que a Direcção não está ao lado dos trabalhadores agrícolas, antes pelo contrário. O que pretendemos é garantir em todas as circunstâncias o direito dos sócios ao trabalho."

Tendo sido objectado que os promotores da greve do Alentejo pretendiam eles mesmos defender o direito ao trabalho do proletariado rural alentejano, pelo que seria divisionista a resistência dos bancários à iniciativa, Barbosa de Oliveira disse-nos que "pelo

contrário, combater o divisionismo é dizer a verdade, e afirmar que a manifestação de quinta-feira passada, por exemplo, foi manipulada partidariamente quando se gritava "reaccionários fora da Banca, já."

Entretanto, tudo indica que o diferendo existente entre linhas sindicais antagónicas se venha a agravar no Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, apesar da copiosa derrota da lista apresentada pela tendência que apoiava a anterior direcção.

Respondendo ao que consideram a abusiva ocupação das instalações do Sindicato para a reunião de ontem, à hora do almoço, a actual Direcção convocou para a tarde às 18 horas, uma assembleia.

Afluiram centenas de bancários, o que forçou a assembleia a reunir-se na rua e os oradores a fazerem-se ouvir através de megafones que lhe foram facultados pelo Sindicato.

Por esmagadora maioria, os presentes repudiaram o procedimento e as acusações dos organizadores da primeira reunião, solidarizando-se com as atitudes assumidas pela actual Direcção.

20 SET. 1975

tecimentos ocorridos em Évora, Portalegre, Beja, Estremoz e outras localidades do Alentejo em que bancários foram num caso vítimas de agressões e noutros impedidos de trabalhar. Entre essas ocorrências menciona o caso dos funcionários do Banco de Portugal e do Banco Espírito Santo de Estremoz que foram obrigados a encerrar as agências e ainda o caso de ferimentos causados a funcionários do Banco de Portugal em Évora.

O presente comunicado refere-se à greve de dois dias em todo o Alentejo em luta pela Reforma Agrária, a que alguns bancários tentaram resistir tendo assumido mesmo, segundo informações fidedignas atitudes provocatórias. Contudo o comunicado da direcção do Sindicato dos Bancários diz solidarizar-se com todos os trabalhadores agrícolas pela sua justa luta por uma verdadeira Reforma Agrária, nunca pactuando com latifundiários ou monopolistas de qualquer espécie.

Noutros pontos, «repudia a tentativa de envolvimento dos trabalhadores bancários em responsabilidades que não lhes cabem relativamente à concessão de crédito agrícola e solidariza-se com os camaradas que nos seus próprios locais de trabalho foram alvo de provocações, ameaças e mesmo agressões físicas».

Em defesa dos bancários e outros sectores profissionais similares que tentaram ignorar a maciça decisão dos trabalhadores, em luta pela Reforma Agrária, vem também um comunicado do núcleo do P. P. D. de Estremoz. Esse comunicado afirma que «a população de Estremoz foi surpreendida por uma manifestação antidemocrática orientada pelo Partido Comunista e alguns sindicatos que quis esforçar os honestos trabalhadores e operários desta cidade a aderir à luta pelo avanço da Reforma Agrária falsa, fraudulenta e antipopular de o P. C. P.».

A seguir, desdobrando a sigla P. P. D. em Partido «Pluralista» Democrático, afirma «que todos os portugueses têm o direito de escolher o caminho a seguir, em qualquer situação».

Bancários do Sul e P. P. D. de Estremoz em defesa dos que tentam ignorar paralisação

A direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas publicou um comunicado em que classifica de «gravíssimos» os acon-

20 SET. 1975

Retomaram o trabalho os agrários de Beja

Os trabalhadores agrários e pequenos e médios agricultores de Beja, regressaram ao trabalho. A decisão foi tomada, após uma reunião entre o governador civil de Beja, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do Distrito, com o primeiro-ministro designado, na presença do comandante da Região Militar do Sul.

Entretanto, foi marcada para segunda-feira uma reunião entre os trabalhadores rurais de Beja, Évora e Portalegre e o futuro ministro da Agricultura.

Relacionado com a situação, a Direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, face às manobras divisionistas que mais não visam do que lançar trabalhadores contra trabalhadores, difundiu um comunicado em que repudia a tentativa de desenvolvimento dos trabalhadores bancários em responsabilidades que lhes não cabem, relativamente à concessão do crédito agrícola e se solidariza com os camaradas que, nos próprios locais de trabalho, foram alvo de provocações, ameaças e mesmo agressões. Resolveu, ainda, o mesmo Sindicato solidarizar-se com todos os trabalhadores agrícolas, pela sua justa luta por uma verdadeira reforma agrária, nunca pactuando com latifundiários ou monopolistas de qualquer espécie.

A DEFESA DOS TRABALHADORES

Por outro lado, numa conferência dada ontem, nas suas instalações, particularizam-se alguns aspectos da posição de repúdio daquele organismo, tendo sido afirmado, nomeadamente: «Aquilo que se verificou em Évora não pode ser desligado da preocupação do Sin-

dicato na defesa de todos os trabalhadores e, tal como esta direcção defende o direito ao trabalho dos trabalhadores há tempos ameaçados na Lourinhã, em Minde e noutras localidades, não pode agora pactuar com as ameaças e agressões físicas que aconteceram no Alentejo. Para nós, a defesa dos trabalhadores passa pela defesa do direito ao trabalho. E o que aconteceu em Évora foi que os trabalhadores bancários, reunidos na delegação do Sindicato, com nove votos contra três abstenções, decidiram trabalhar, por entenderem que esse seria a melhor maneira de estar ao lado dos trabalhadores deste país».

Foi depois afirmado que os bancários sempre lutaram ao lado dos outros trabalhadores, e adiantou-se:

«O que aconteceu no Alentejo foi precisamente, que os trabalhadores agrícolas, cuja luta para nós é justa, tendo decidido paralisar o trabalho, por razões que consideramos justas, pretenderam coagir todos os camaradas a paralisar também, entendendo que essa seria a maneira de defender os seus interesses, mas acontece que os bancários tiveram um entendimento diferente».

A questão do crédito agrícola e a influência dos trabalhadores bancários na sua concessão foi, depois, focada, desenvolvendo-se.

TRABALHADORES BANCÁRIOS DISCUTIRAM NO SINDICATO OS ACONTECIMENTOS DO ALENTEJO

«Os pedidos de saneamento em quadros da banca foram da iniciativa de partidos e não de representantes dos sindicatos. Nesse aspecto, tornou-se frisante a intervenção, por exemplo, da Liga de Acção Revolucionária Socialista».

Esta e outras asserções foram proferidas na sede dos Bancários do Sul no decorrer de uma conferência de imprensa que se caracterizou, ao fim e ao cabo, por debates entre membros da Direcção e elementos da classe, alguns dos quais habitualmente radicados na província, em do encontros recentes acontecimentos no Alentejo, concretamente nos distritos de Évora e Beja. Os membros da Direcção sustentaram não ignorar as razões da luta dos agrários, confessando-se todavia fora do curso das movimentações que no Alentejo defenderam a aplicação da Reforma Agrária. Acrescentaram ter tido apenas ensejo de captar uma série de boatos e panfletos de partidos, sem que no entanto, frisaram, se existisse qualquer atitude do Sindicato dos Rurais. Prosseguindo a sua exposição, declararam que o Banco de Portugal esteve encerrado, na última quinta-feira unicamente para que se procedesse ao facho das contas do dia anterior, não se tendo registado qualquer tipo de ocupação. Pelas explicações a seguir fornecidas foi possível concluir que além do apedrejamento, conforme declarou um membro da Direcção do Sindicato, de um edifício bancário em Évora, e de uma certa agitação noutras unidades ban-

cárias, não se assinalaram casos de importância. A Direcção afirmou apenas desejar que nas lutas dos trabalhadores não seja accionada a «manipulação partidária». Acrescentou não estar contra o encerramento dos bancos «eficaz em Beja, mas unicamente em desacordo com a actuação, que rotulou de incorrecta e menos democrática, da comissão distrital de Beja, que não observou o cuidado de contactar todos os trabalhadores, pelo menos em maior, na faixa local. Citou, a propósito, o que aconteceu com Moura, Castro Verde, Odemira e uma outra localidade alentejana, que não referiu. Nessas localidades, os bancos não encerraram.

Um associado sugeriu a discutibilidade das afirmações dos membros da Direcção, estranhando que só em Évora os bancários não estivessem lá por do que se passava quando, por exemplo, disse, em Beja, os trabalhadores bancários tinham estado reunidos na véspera dos acontecimentos, tendo até manifestado a sua disposição de apoiar a justa luta dos trabalhadores rurais alentejanos. Um outro associado, em resposta, manifestou que essa reunião em Beja tinha sido notada por objectivos sem qualquer ligação com os acontecimentos no Alentejo. Aqui, gerou-se certa controvérsia. O primeiro daqueles intervenientes lamentou que a Direcção não tivesse observado o cuidado de convocar para a conferência de imprensa, além dos bancários eborenses, os colegas de Beja, que ali não estavam

devidamente representados. Defendeu-se a Direcção alegando ter procurado guiá-se pelo que de mais significativo tinham os acontecimentos da esfera de Évora, o que, sublinhou, não arrefecia nela a intenção de, em próxima oportunidade, promover uma nova reunião de esclarecimento.

Motivo de forte controvérsia, depressa ultrapassada pelas mútuas explicações trocadas, foi também uma declaração de um dos membros da Direcção do Sindicato dos Bancários do Sul, fazendo admitir que a pequena poupança, no Alentejo, está constituída em depósitos a prazo, isto numa proporção, disse, de 90 por cento. Logo um associado protestou, considerando «descabida tal intervenção» e afirmando que isso significava «deixar poeira para os olhos dos jornalistas» e ao mesmo tempo «ignorância em relação às realidades sociais alentejanas, já que o panorama reinante é de fome». O elemento visado, da Direcção, alegou ter simplesmente dito que «90 por cento desses depósitos eram a prazo» e não que 90 por cento desses depósitos correspondiam a pequena poupança. «É preciso ter em conta, disse por fim um outro associado do Alentejo, a quantidade de pessoas que vai lá depositar».

Os membros da Direcção do Sindicato presentes afirmaram, ainda no decorrer deste encontro, que alguém «pretende ligar o Sindicato a um determinado partido» e que «não é verdade que os trabalhadores bancários da província não se têm preocupado com o esclarecimento das populações acerca do papel e do significado da banca».

Posição

de trabalhadores da agência do Banco de Portugal em Braga

Ao Conselho Superior da Revolução foi enviado o seguinte telegrama: «Pessoal da agência do Banco de Portugal em Braga, em face do ocorrido nos últimos dias em Évora e Estremoz, não compreendendo a liberdade de alguns, espereando a liberdade de outros, condena veementemente os factos ocorridos e roga a V. Ex.ªs tomem medidas necessárias para que jamais se repitam, e pedem garantias para segurança daqueles que ainda trabalham, contra grupos arruaceiros apedrejados ou não por quem quer que seja».

Ao Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas também foi remetido o seguinte telegrama: «Trabalhadores da agência do Banco de Portugal em Braga apoiam e congratulam-se com a vossa tomada de posição pública, em relação aos desmandos e agressões contra colegas do Alentejo. Verbetamos energeticamente as atitudes e reacções físicas e psíquicas que impeçam os trabalhadores de agir livremente e apoiar os esforços que possam envidar para a sua defesa».

SINDICATO DOS BANCÁRIOS TOMA POSIÇÃO FACE AOS ACONTECIMENTOS REGISTADOS NO ALENTEJO

— DIRECTORES AGREDIDOS POR ADEPTOS DA ANTERIOR DIRECÇÃO

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas tomou posição pública em relação aos acontecimentos registados na região do Alentejo, em conferência de Imprensa, realizada na sua sede, na Rua de S. José.

Presentes, além dos actuais directores, funcionários bancários de Évora (ameaçados de saneamento dos respectivos Bancos por elementos da população daquela cidade), que deram conta dos graves incidentes com os trabalhadores da agência do Banco de Portugal e esclareceram o que consideram mal-entendidos, sobretudo no que se refere à concessão de crédito agrícola.

Entre outras afirmações proferidas por um funcionário bancário alentejano, salientamos:

«Os objectivos desta comunicação são os de denúncia da campanha e manobras caluniosas e obscurantistas que têm sido partidariamente orquestradas sobre os bancários, especialmente os bancários do Alentejo. Denúncia do terrorismo exercido sobre os trabalhadores bancários, para os isolar das demais classes trabalhadoras e, em particular, dos camponeses».

Um membro da Direcção interviu, afirmou:

«Aquilo que se verificou em Évora não pode ser desligado da preocupação do Sindicato na defesa de todos os trabalhadores e, tal como esta Direcção defende o direito ao trabalho dos trabalhadores há tempos ameaçados na Lourinhã, em Minde e noutras localidades, não pode agora pactuar com as ameaças e agressões físicas que aconteceram no Alentejo. Para isso, a defesa dos trabalhadores passa pela defesa do direito ao trabalho. E o que aconteceu em Évora foi que os trabalhadores bancários, reunidos na delegação do Sindicato, com nove votos contra três abstenções, decidiram trabalhar, por entenderem que essa seria a melhor maneira de estar ao lado dos trabalhadores deste País».

Finalmente, a questão do crédito agrícola e a influência dos trabalhadores bancários na sua concessão foi depois focada desenvolvidamente, repudiando um trabalhador de Évora todas as acusações que se vêm fazendo aos bancários.

REACÇÕES EM BRAGA

Os trabalhadores da agência do Banco de Portugal, em Braga, enviaram ao Conselho da Revolução e ao Sindicato Bancário do Sul e Ilhas, os seguintes telegramas de apoio face aos graves acontecimentos ocorridos no Alentejo:

«Pessoal agência do Banco de Portugal Braga, face ocorrido últimos dias Évora e Estremoz não compreendendo liberdade de alguns espezinhandos liberdade de outros condena veementemente factos ocorridos e roga Vexas tomem medidas necessárias para que jamais se repitam, e pedem garantias para segurança daqueles que ainda trabalham, contra arruaceiros apadrinhados ou não por quem quer que seja».

«Trabalhadores Agência Banco Portugal Braga apoiam e congratulam-se vossa tomada posição pública, relação desmandos e agressões contra colegas Alentejo. Verberamos energeticamente atitudes coacções físicas e psíquicas, que impeçam trabalhadores de agir livremente, e apoiamos todos os esforços para que possam envidar nesse sentido».

22 SET. 1975

so afirmou ainda que as herdades ocupadas pelos trabalhadores continuam a ser exploradas por eles e disse que era com «prazer e satisfação» que tinha entre os seus secretários de Estado, um membro do Partido Comunista.

O tom desta declaração contrasta, todavia, de forma flagrante, com a tentativa de transposição para o seio dos trabalhadores de um clima de luta partidária e ainda com tensões entre trabalhadores agrários e trabalhadores bancários, na sequência de incidentes registados durante a paralisação geral do Alentejo. Neste capítulo, espera-se uma clarificação a partir de um encontro previsto para o princípio da tarde de hoje, entre as direcções dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas dos distritos de Beja, Évora e Portalegre e a direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, na sede deste, em Lisboa. Quanto à transposição para o seio dos trabalhadores de um clima de luta partidária, é de salientar a manifestação promovida pelo P. S. em Portalegre no rescaldo do caso do gado de Cujancas na qual se pediu, nomeadamente, a demissão imediata do governador civil do distrito, dr. Florindo Madeira, personalidade que se tem distinguido pelo apoio à luta pela Reforma Agrária.

No âmbito da mesma questão, os responsáveis pelo Centros de Reforma Agrária, de Castelo Branco, Portalegre, Évora, Santarém, Lisboa, Setúbal e Beja, após uma reunião efectuada na última sexta-feira, decidiram tornar pública uma tomada de posição «face às

afirmações contidas no programa do VI Governo, segundo as quais "os organismos responsáveis pela execução da Reforma Agrária estariam controlados partidariamente". Assim entendem as respectivas direcções manifestar o seu repúdio por tal afirmação, não só porque é comprovadamente falsa, mas ainda porque é geradora de um clima que dificulta a actuação destes organismos».

Depois de expressarem que o espírito da Reforma Agrária que defendem está bem expresso no preâmbulo do decreto-lei n.º 406-A/75 (Lei da Reforma Agrária) afirmam que se torna indispensável um apoio efectivo do poder civil e militar à Reforma Agrária, nomeadamente no que se refere ao desbloqueamento e desburocratização do crédito agrícola, à dotação dos Centros de Reforma Agrária dos meios adequados, à criação de organismos de comercialização cuja actuação se dirija aos beneficiários da reforma, à oneração do património pessoal dos grandes agrários, para pagamento das dívidas contraídas pelos mesmos e à prisão e punição exemplar de todos os que por forma violenta ousem opor-se à execução da reforma agrária.

Centros de reforma agrária: é falso que sejam partidários

No comício de Beja o dirigente socialista eng.º Lopes Cardo-

22 SET. 1975

Trabalhadores rurais exigem que a banca sirva a reforma agrária

Trabalhadores de seis empresas e cooperativas agrícolas e representantes de cinco sindicatos do centro e sul do país e da Interindustrial Nacional, reunidos no último sábado em Alcaide do Sal, enviaram aos órgãos do poder uma moção aprovada por unanimidade na qual exigem o avanço da Reforma Agrária e que sejam postas em prática algumas medidas que consideram fundamentais para esse avanço.

Assim, entendem os trabalhadores que as obras da barragem de Alqueva devem começar de

imediatamente, incluindo-se a correr a todas as formas de luta para defender esta sua conquista, necessária ao avanço da Reforma Agrária.

Por outro lado pretendem a garantia do real direito ao trabalho, através da criação de novos postos de trabalho e que a banca seja posta inequivocamente ao serviço dos trabalhadores e não dos exploradores, devendo ser sanados todos os reaccionários que procuram entravar a luta dos trabalhadores.

Manifestando o seu firme propósito de defender intransigentemente as conquistas alcançadas após o 25 de Abril e de as alargar para a construção da sociedade socialista, os trabalhadores afirmam-se dispostos a lutar contra todas as tentativas de instauração da social-democracia e entendem ser o primeiro passo para a reconstituição do fascismo em Portugal.

Reunião de bancários com trabalhadores agrícolas

Recebemos entretanto da Interindustrial Nacional um comunicado em que se afirma: «Em virtude de posição assumida pela direcção do Sindicato dos Empregados Bancários face à justa luta que vêm travando os trabalhado-

res no sentido pelo avanço da Reforma Agrária, as direcções dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas dos distritos de Beja, Évora e Portalegre reuniram-se ao com essa direcção hoje segunda-feira, às 12.30 na sede do Sindicato dos Bancários em Lisboa».

O Sindicato dos Rodoviários lança uma campanha de apoio à Reforma Agrária

Um pedido nacional para angariação de fundos para a Reforma Agrária é uma das iniciativas previstas no âmbito da campanha de apoio à Reforma Agrária a levar a efeito pelo Sindicato dos Transportes Rodoviários de Lisboa.

O objectivo principal da campanha é chamar a atenção da opinião pública para a justa luta dos trabalhadores agrícolas e para as dificuldades que atravessam na batalha da Reforma Agrária.

Hoje, segunda-feira, pelas 21.30 realiza-se na sede daquele sindicato um plenário para nomeação do secretariado da campanha e definição das tarefas a serem realizadas a desenvolver. O referido plenário está aberto a todas as comissões de moradores, de trabalhadores, sindicatos e a todas as forças de vontade popular empenhados no apoio aos trabalhadores agrícolas pelo avanço da Reforma Agrária.

22 SET. 1975

Os rurais contactarão também com o Sindicato dos Bancários

Entretanto, vão encontrar-se hoje, pelas 10 horas, no Ministério da Agricultura, o novo titular da pasta, eng. Lopes Cardoso, e

os dirigentes dos sindicatos de Évora, Portalegre e Beja.

Prevê-se, sem dificuldades, que o tema central das conversações seja o problema da necessidade de apoio imediato para as actividades de que depende não só a continuidade, mas também o aumento das produções agrícolas. Por outro lado, não deixará de ser focada, com a objectividade característica dos rurais alentejanos, a consolidação e as perspectivas de avanço da Reforma Agrária.

É de crer que os representantes dos trabalhadores não voltem com as mãos vazias, uma vez que deve ser do conhecimento de Lopes Cardoso que só há a recetar «o que deverão fazer os agrários nas terras que ainda se encontram em seu poder», como nos disse recentemente o governador civil de Portalegre, dr. Florindo Madeira, que aposta de-

cidadamente no trabalho que irá ser feito nas herdades ocupadas, por aqueles que as têm regado com o suor, as lágrimas e o sangue, desde há séculos!

O problema é, contudo, muito grave e se não forem tomadas medidas vigorosas, e a sério, a perspectiva para o Alentejo e igualmente para o País, não será optimista, para os próximos tempos.

Na sua deslocação de hoje a Lisboa, os dirigentes dos trabalhadores alentejanos trazem na agenda um encontro com os directivos do Sindicato dos Bancários, com o fim de esclarecerem posições e revelarem, talvez, factos que ainda não são conhecidos correctamente da maioria do povo português.

~~JORNAL NOVO~~
~~BATA~~ ~~VALEZAS~~

22 SET. 1975

Lisboa

TRABALHADORES BANCÁRIOS

Trabalhadores dos Bancos Portugêses do Atlântico, FONSECAS e Burnay, Portugal, Nacional Ultramarino, Pinto e Sotto Mayor, Espírito Santo e Angola, manifestam a sua solidariedade com camaradas de trabalho de algumas localidades do Alentejo, vítimas de agressão física e moral. Simultaneamente, reafirmam o seu apoio a uma autêntica reforma agrária, que sirva os verdadeiros interesses dos trabalhadores agrários.

22 SET. 1975

BANCÁRIOS APOIAM REFORMA AGRÁRIA

Os trabalhadores bancários, em reunião extraordinária no seu sindicato, decidiram repudiar o comunicado n.º 3 da Direcção referente a acontecimentos ocorridos no Alentejo «em que bancários foram nuns casos vítimas de agressões e noutros impedidos de trabalhar».

Assim, aqueles trabalhadores consideram este comunicado da Direcção «digno de uma direcção vendida aos interesses dos latifundiários e das forças capitalistas nacionais e internacionais».

Decidiram, portanto, «manifestar o seu total apoio aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Sul para que prossigam na sua luta contra os latifundiários e contra as forças políticas que os apoiam».

Nesta moção os trabalhadores bancários dão o seu total apoio à Reforma Agrária e consideram que «alguns bancários, designadamente os que têm posições de gerência nas agências, não têm correspondido da melhor maneira às linhas gerais do Crédito Agrícola».

22 SET. 1975



A Direcção do Sindicato dos Bancários, esclarecendo a imprensa, sobre os acontecimentos de Évora

BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS TOMAM POSIÇÃO SOBRE INCIDENTES OCORRIDOS EM AGÊNCIAS DO ALENTEJO

A direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas esclareceu ontem a imprensa sobre factos ocorridos em algumas agências do Alentejo nos últimos dias, designadamente em Évora, onde os acontecimentos teriam atingido maior gravidade. Referem-se as grandiosas manifestações que culminaram, nas sedes dos distritos alentejanos, com a paralisação total das actividades agrícolas, a que se associaram trabalhadores do comércio e da indústria. Em Évora, a paralisação estendeu-se a 30 empresas industriais, além do comércio que encerrou as portas, na sua maioria, especialmente depois do almoço. Nesta cidade, os grevistas teriam forçado os trabalhadores bancários a abandonar o trabalho.

Por isso, o Sindicato promoveu um encontro com os representantes dos órgãos de informação, para explicar publicamente a sua posição e esclarecer mal-entendidos porventura existentes entre uns e outros trabalhadores.

Tem sido notório, aliás, que de há tempo a esta parte o ambiente no Alentejo, a propósito da reforma agrária, não é dos mais propícios a uma serena e ponderada apreciação dos factos. Para isso tem contribuído (mas não só) a falta de crédito bancário indispensável ao prosseguimento normal das actividades agrícolas nas herdades ocupadas,

onde trabalhadores há muitas semanas não recebem salário e que, além do mais, apresentam comprometidas as sementeiras por falta de sementes, que não têm meios para adquirir. Sentem-se, portanto, desamparados e a achar que o persistente trabalho dos últimos meses resultará inglório. Por outro lado, forças pouco interessadas no processo de expropriações em curso apressaram-se a avolumar e a conferir acontecimentos de Évora.

Registaram-se, de facto, alguns incidentes devido mais à exaltação de ânimos de alguns manifestantes, que sempre viram a banca ao serviço dos grandes senhores e de costas voltadas para os mais necessitados, mas não se verificaram cenas de brutalidade e violência, como alguns «interessados» quiseram fazer crer, nomeadamente depois de a multidão concentrada na Praça do Giraudo ter aprovado uma moção de saneamento dos bancários Videira, Moreira, Perdigão e Gil Duarte, dos Bancos de Portugal, Alentejo, Totta & Acores e Montepio Geral, respectivamente.

Interpretação diferente mas solidariedade com os trabalhadores agrícolas

A tomada de posição clara e inequívoca da direcção do Sindicato dos Bancários é justa, na medida em que manifesta a

solidariedade com os trabalhadores dos campos e afirma que a deficiente operacionalidade do crédito não poderá, de maneira nenhuma, ser atribuída aos bancários, trabalhadores como os outros.

«Os objetivos desta comunicação — disse um dos dirigentes, no início dos trabalhos — são os de denunciar da campanha e manobras caluniosas e obscurantistas que têm sido partidariamente orquestradas sobre os bancários, especialmente os do Alentejo. O que se passou em Évora — diria mais adiante — foi um atentado ao direito ao trabalho.»

Os bancários manifestaram o repúdio de todas as tentativas de envolvimento em responsabilidades que não lhes cabem, relativamente à concessão de crédito agrícola, solidarizando-se com os camaradas que nos seus locais de trabalho foram alvo de provocações, ameaças e mesmo agressões físicas.

Por último, um dos dirigentes afirmou:

«O que se passou no Alentejo foi, precisamente, que os trabalhadores agrícolas, cuja luta para nós é justa, tendo decidido paralisar o trabalho, por razões que consideramos justas, pretenderam coagir todos os camaradas a paralisar também, na perspectiva de que essa seria a forma de defender os seus interesses.»

Contudo, salientou que os bancários deram uma interpretação diferente ao problema, decidindo manter-se nos postos de trabalhos.

Um trabalhador bancário de Évora repudiou também acusações que não se justificam, principalmente sobre a questão do crédito agrícola. Foi ainda revelado que Évora beneficia já, e num período de apenas um mês, de subsídios que atingem o montante de 2700 contos.

22 SET, 1975

FUSÃO DE BANCOS NÃO PREJUDICARÁ OS TRABALHADORES

Não serão perdidos de vista «os diversos interesses em causa, nomeadamente os das classes trabalhadoras», na prevista fusão de instituições de crédito nacionalizadas — assegura o Decreto Lei n.º 517/75, datado de hoje e assinado ainda pelo ex-Primeiro-Ministro Vasco Gonçalves e pelos ex-ministros Mário Teixeira e José Joaquim Fragoso.

O diploma, que avulta de entre uma dezena de textos legais agora insertos no «Diário do Governo», admite ser prioritário o redimensionamento das actuais instituições de crédito, adaptando os «comandos legais», às «realidades concretas», isto «dada a ausência dos órgãos deliberativos tradicionais».

Em termos práticos o ministro das Finanças (Salgado Zenha no caso vertente) poderá, ouvida a Comissão de Reestruc-

turação do Sistema Bancário, determinar a fusão de duas ou mais instituições de crédito nacionalizadas, bem como a cisão de qualquer ou quaisquer daquelas instituições. Para execução deste processo serão nomeadas comissões paritárias das instituições envolvidas.

ASSALARIADOS DO A.G.P.L.

Outros diplomas, dirigem-se, por exemplo, a problemas de direito comercial (regulado o registo da cisão das sociedades), créditos especiais (mil contos para o Ministério dos Negócios Estrangeiros), pessoal dos matadouros e casas de matança municipais (que se mantém subordinado ao Estatuto de Aposentação quando subscritor da Caixa-Geral de Aposentações) e trânsito de

solípedes, veículos de tracção animal e bicicletas (abolido o velho imposto de 1934).

Um despacho ministerial mandou constituir a Comissão Coordenadora de Projectos M.D.F. (Metalúrgica Duarte Ferreira, S.A.R.L.), F.C.M.O. (Fundições e Construções Mecânicas de Oeiras) e E.F.I. (Eduardo Ferreirinha e Irmão), formada pelos engs. António Almeida Júnior, da Secretaria de Estado da Indústria e Tecnologia, Luís Marques do Carmo, da empresa do Tramagal (que terá de ser substituído, pois entretanto, foi empossado no cargo de ministro, da Indústria), e Joaquim Pinto Leal, da E.F.I., e sr. Fernando Esteves Águas, de Oeiras. Vários projectos em curso nas três empresas serão doravante conduzidos «de forma articulada e dinamizadora, e numa óptica de repartição nacional de tarefas». Referem-se especialmente quatro, relativos a tractores agrícolas, camiões, electro e termodomésticos, enfim alfaias agrícolas.

Um decreto-lei do Ministério dos Transportes e Comunicações criou entretanto, o quadro do pessoal assalariado da A.G.P.L. (Administração-Geral do Porto de Lisboa), única forma de regularizar a situação de cerca de 60 por cento dos trabalhadores desta entidade de serviços portuários. O primeiro provimento será feito mediante lista nominativa e integrará, em categoria não inferior àquela que os trabalhadores possuem, todo o pessoal assalariado admitido ao abrigo do artigo 47.º da Lei Orgânica da A.G.P.L.

22 SET. 1975

HOJE, NO GUINCHO

5.º SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERBANCÁRIO

Começa hoje, no Hotel do Guincho, o 5.º Seminário Internacional Interbancário, organizado pelo Banco Português do Atlântico, e em que participam 37 estabelecimentos de crédito de 17 países (Hungria, Jugoslávia, R.D.A., Austrália, Bélgica, Brasil, Dinamarca, R. F. A., Finlândia, França, Grã-Bretanha, Itália, Japão, Noruega, Espanha, Suíça e E. U. A.).

Dos bancos portugueses participam, nomeadamente, o Borges & Irmão, Espírito Santo, Fonsecas & Burnay, Nacional Ultramarino, Pinto & Sotto Mayor, Totta & Açores, a Caixa Geral de Depósitos e a Sociedade Financeira Portuguesa.

A importância deste 5.º Seminário foi realçada no decorrer de uma conferência de imprensa, tendo responsáveis do B. P. A. acentuado que iniciativas desta natureza têm contribuído para um contacto directo entre os responsáveis por alguns departamentos oficiais, como, por exemplo, o Serviço de Apoio ao Investidor e alguns técnicos

de empresas de grande importância nacional (Setenave, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, etc.) e os representantes da Banca, de mercados potencialmente interessados nas realidades económicas portuguesas.

Hoje, as conferências do Seminário versarão os seguintes temas: «Panorama Geral da Economia Portuguesa», pelo dr. José Caldeira Guimarães (9 horas), «Comércio Externo» (11 h.), «Investimentos externos em Portugal» (15 h.) e «Promoção de exportações», pelo dr. Herlander Duarte (16 h.).

Amanhã, as conferências tratarão de: «Política Industrial Portuguesa», pelo eng.º Fernando Videira (9 horas), «Balança de Pagamentos», pelo dr. Vítor Constâncio (10.30 h.), «O sistema bancário português», pelo dr. António Cunha Gameira (15 horas) e «Banca internacional e regulamentação cambial em Portugal», pelo dr. Raul de Almeida Capela (16.30 h.).

23 SET. 1975

ALENTEJO EM LISBOA

SINDICATOS AGRÍCOLAS DISCUTEM
COM MINISTRO E BANCÁRIOS

As delegações dos Sindicatos Agrícolas de Beja, Évora, Portalegre e Santarém travaram, ontem, conversações no Ministério da Agricultura com o novo titular da Pasta, o eng.º Lopes Cardoso, do PS, desconhecendo-se ainda os resultados. A agenda de trabalhos era a questão do desenvolvimento de reforma agrária, com destaque para a questão do crédito agrícola. Esta mesma questão e os dissídios provocados por incidentes ocorridos durante a recente greve geral no Alentejo, levaram os mesmos delegados a um encontro com a direcção do Sindicato dos Bancários, dele tendo saído um comunicado conjunto que abaixo transcrevemos.

A reactivação do Crédito Agrícola de Emergência, que não tem funcionado por alegada falta de verba; a promulgação de uma portaria do Ministério da Agricultura para entrada em vigor de um decreto do V Governo que estabelece um crédito especial para as herdades colectivas; o reconhecimento jurídico das comissões de trabalhadores (comissões de herdades) e a revisão do funcionamento dos Centros Regionais da Reforma Agrária (C.R.R.A.), até agora e excessivamente burocratizados e sem poder de decisão efectivo, foram as medidas enunciadas ontem ao ministro da Agricultura e consideradas indispensáveis para o avanço da Reforma Agrária.

«Nalguns pontos a reunião foi bastante positiva. O ministro respondeu satisfatoriamente a algumas das nossas propostas e exigências», afirmou José Socero do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja, no final da reunião.

A fim de divulgarem os resultados concretos desta reunião, realiza-se hoje em Beja, às 15 horas, uma conferência de Imprensa promovida pelos Sindicatos Agrícolas.

A delegação de trabalhadores agrícolas apresentou também as suas reservas quanto à Lei da Reforma Agrária, que consideram ter sido elaborada nas costas dos trabalhadores: «Não houve participação dos trabalhadores na sua elaboração. Esta lei não res pensam que devia ser».

Ficou desde já marcada para amanhã uma nova reunião em Évora, para continuação dos trabalhos ontem iniciados. Estarão presentes, além do ministro Lopes Cardoso, os representantes dos trabalhadores agrícolas e dos C.R.R.A.

CRÉDITOS
E BANCÁRIOS

A fim de ser esclarecida a recente posição dos bancários face à luta dos trabalhadores agrícolas e à paralisação do trabalho recentemente levada a efeito em todo o Alentejo, os representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas reuniram-se também com a direcção do Sindicato dos Bancários.

No final da reunião José

Socero afirmou que «quem, demagogicamente, nos apoia na teoria e não na prática não serve a nossa luta agrícola que é do povo. Só após as conversações com os ministros da Agricultura e das Finanças é que poderemos analisar a Reforma Agrária e sua condução. Neste momento, quem se sente amealhado é aquele que tem alguma coisa a perder, o que não é o nosso caso: não temos nada a perder. Alguns incompreensão dos bancários a nosso respeito baseia-se no facto de um bancário ganhar 12 000\$00 mensais e um trabalhador agrícola 4000\$00. Por isso, e para se fazer uma revolução, há que não ter medo e haver compreensão».

Como resultado desta reunião os Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre (Santarém disse estar somente como observador) e o Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas emitiram um comunicado conjunto a fim de serem esclarecidas «dúvidas surgidas quanto à interpretação e posições assumidas em relação aos acontecimentos do Alentejo no passado dia 17».

Assim, esclarece-se que «a palavra de ordem «sancamento, reaccionários fora dos bancos» proferida nas manifestações não pretendia voltar os trabalhadores agrícolas contra os trabalhadores bancários, mas apenas atingir aqueles empregados bancários sobre os quais os trabalhado-

res agrícolas tenham razões para considerarem reaccionários por na prática prejudicarem os seus interesses.»

«Sobre a palavra de ordem «Crédito agrícola imediato» esclarece-se que há muito é utilizada pelos trabalhadores agrícolas e que a mesma foi sempre dirigida aos organismos governamentais responsáveis e não aos camaradas bancários».

«Os representantes dos trabalhadores agrícolas de Évora, continua o comunicado, não podem assumir a responsabilidade pelo facto de no comício desta cidade ter sido pedido o sancamento de três delegados sindicais bancários, já que o mesmo não foi feito por qualquer representante sindical».

Esclarece-se ainda que «o comunicado n.º 3/75 da direcção do Sindicato dos Bancários não se refere à ocorrência de acontecimentos no distrito de Beja», mencionando só a forma «considerada incorrecta» de como foi tomada a decisão de fechar os bancos por parte dos bancários.

Finalmente o documento termina referindo-se à alusão a Portalegre feita no mesmo comunicado n.º 3/75, o qual «resultou do facto de ter havido camaradas bancários que, preocupados por no domingo anterior terem ocorrido confrontos entre trabalhadores agrícolas e latifundiários e seus laiaos, chegaram a recear serem envolvidos neste tipo de confrontações».

23 SET. 1975

DIALÓGO ENTRE BANCÁRIOS E TRABALHADORES ALENTEJANOS VAI PROSSEGUIR

DIRIGENTES dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Alentejo e trabalhadores bancários do Sul vão encontrar-se, brevemente, numa sessão de informação e esclarecimento sobre a luta pela Reforma Agrária em geral e as questões de crédito agrícola em especial. A data desse encontro será marcada oportunamente.

Essa decisão foi tomada ontem, à tarde, no termo de uma sessão informal realizada no Sindicato dos Bancários. Durante essa sessão, dirigentes sindicais de Beja, Évora e Santarém prestaram informações sobre alguns incidentes registados em Évora no passado dia 17 e sobre dúvidas surgidas a respeito de afirmações contidas num comunicado da direcção dos bancários do Sul e Ilhas. Em princípio, a reunião de informação, solicitada pelos sindicatos agrícolas, deveria realizar-se apenas a nível de direcções. Todavia, a afluência de muitos bancários na sede, ao princípio da tarde de ontem, fez com que ela «transbordasse» para lá das paredes da sala da direcção.

O encontro dos trabalhadores agrícolas com os trabalhadores bancários caracterizou-se por uma grande franqueza de parte a parte, e por um desejo de aclarar até ao fim todas as questões, resultando desse clima o sentimento da necessidade e importância de uma reunião mais alargada e com mais tempo. Além, numa reunião de bancários efectuada na passada sexta-feira, em Beja, dois elementos da direcção do Sindicato salientaram que estavam sempre à disposição para trocarem impressões com os dirigentes dos Sindicatos Agrícolas sobre assuntos que digam respeito aos trabalhadores.

Na reunião informal com os bancários, os dirigentes sindicais alentejanos tiveram oportunidade de «mostrar» o que tem sido a luta pela Reforma Agrária — há trabalhadores que há três meses não recebem um tostão, passam fome e continuam a lutar pela Reforma Agrária, cultivando as terras — disseram claramente que até ao momento não beneficiaram do crédito agrícola, e apelaram para que os trabalhadores não se deixassem dividir por partidos políticos. Marcando sempre uma posição de unidade com os trabalhadores bancários, um dos intervenientes observou, contudo, que enquanto um trabalhador mal ganha 4000\$00 o bancário ganha 12 000\$00. Foi ainda esclarecido que a concessão de crédito agrícola vai depender da decisão dos bancários.

Em relação aos incidentes em Évora, desmontaram formalmente que trabalhadores agrícolas se tenham aproximado com armas do Banco de Portugal.

Comunicado conjunto

A reunião a nível de direcções efectuou-se em dois períodos, um à tarde e outro à noite, dado que pelas 19 e 30 os dirigentes alentejanos foram recebidos pelo ministro da Agricultura.

No final das conversações, as direcções dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas dos distritos de Beja, de Portalegre (o seu representante chegaria mais tarde), de Évora e dos Bancários do Sul e Ilhas emitiram um comunicado conjunto, subordinado às seguintes palavras de ordem «Pela unidade de todos os trabalhadores», «A terra a quem a trabalha», que passamos a transcrever:

As direcções sindicais sinalárias, face às dúvidas surgidas quanto à interpretação e posições assumidas em relação aos acontecimentos do Alentejo no passado dia 17, após reunião conjunta efectuada na sede do Sindicato dos Bancários em 22-9-75, esclarecem:

A palavra de ordem «Saneamento, reacçãoários fora dos bancos», proferida nas manifestações, não pretendia voltar os trabalhadores agrícolas contra os trabalhadores bancários, mas apenas atingir aqueles empregados bancários sobre os quais os trabalhadores agrícolas tinham razões para considerar reacçãoários por na prática prejudicarem os seus interesses, como poderá ser o caso do sr. Videira, já a ser objecto do processo instaurado pela Comissão de Saneamento do Banco de Portugal.

Sobre a palavra de ordem «Crédito agrícola imediato», esclarece-se que há muito é utilizada pelos trabalhadores agrícolas e que a mesma foi sempre dirigida aos organismos governamentais responsáveis e não aos osmeiros dos bancários.

Os representantes dos trabalhadores agrícolas de Évora não podem assumir a responsabilidade pelo facto de no comício desta cidade ter sido pedido o saneamento de três delegados sindicais bancários; já que o mesmo não foi feito por qualquer representante sindical.

O comunicado n.º 3/75 da direcção do Sindicato dos Bancários não se refere à ocorrência de acontecimentos no distrito de Beja em que tenham estado envolvidos trabalhadores agrícolas ou o seu sindicato, mas tão-só menciona a forma «considerada incorrecte» como foi tomada a decisão de fechar os bancos por parte de bancários, tratando-se, assim, de um problema interno do sindicato dos bancários no que toca ao seu funcionamento democrático.

A alusão a Portalegre no referido comunicado n.º 3/75 resultou do facto de ter havido camaradas bancários que, preocupados por no domingo anterior terem ocorrido confrontos entre trabalhadores agrícolas e latifundiários e seus locatários, chegaram a recorrer serem envolvidos neste tipo de confrontações.

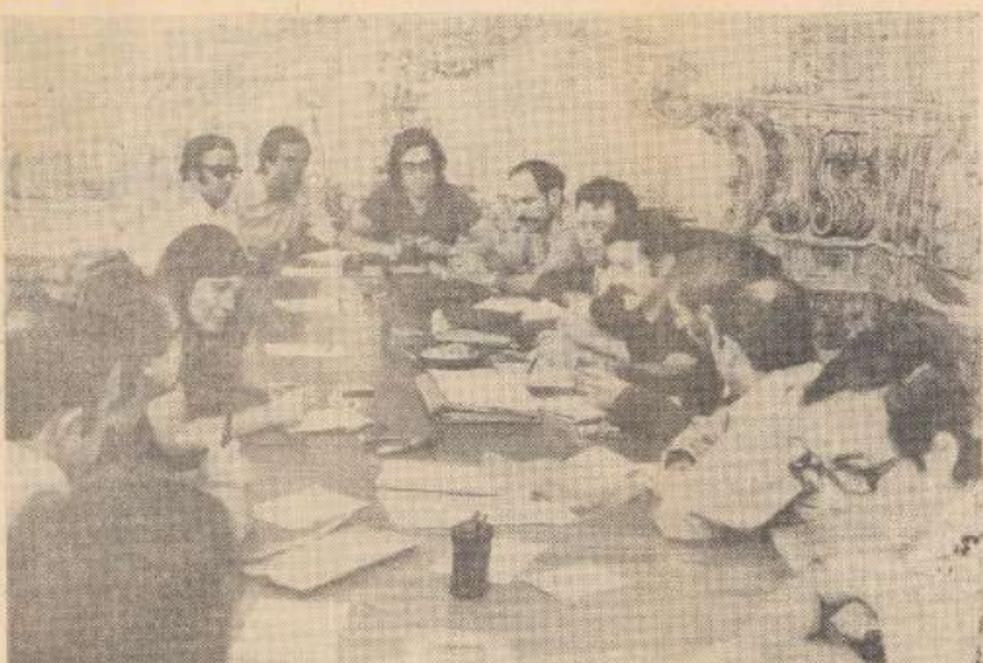


Foto Eduardo Gageiro

Aspecto da reunião conjunta das direcções dos Sindicatos Agrícolas de Beja, Évora e Portalegre, no Sindicato dos Bancários

Sindicatos Agrícolas de Beja e Évora

«Quem se aproveita ao lançar trabalhadores agrícolas contra bancários?»

As direcções dos Sindicatos Agrícolas de Beja e Évora (Portalegre não compareceu) efectuaram uma reunião conjunta com a direcção do Sindicato dos Bancários. A reunião foi convocada face «à tomada de posição do Sindicato dos Bancários na luta que vêm travando os trabalhadores agrícolas do Alentejo pelo avanço da Reforma Agrária».

A deslocação dos sindicalistas alentejanos a Lisboa foi motivada, também, por uma conferência com os ministros da Agricultura, eng. Lopes Cardoso, e das Finanças, dr. Salgado Zenha. O esclarecimento aos membros do Sindicato dos Bancários teve como base toda uma série de comunicados, segundo os quais «os trabalhadores do Banco Português do Atlântico, do Sul, seriam impedidos de trabalhar e ameaçados de boicote».

Toda esta situação originou conflitos entre trabalhadores agrícolas e bancários, em Portalegre, pelo que o boicote não foi bem aceite. Os bancários, numa reunião, «teriam demonstrado certa apreensão pelos acontecimentos»; porém, «qualquer coacção é posta de parte pelos agrícolas». Em Évora, ocorreram alguns incidentes no Banco de Portugal que um elemento do Sindicato Agrícola de Évora, considerou um «facto que infelizmente, deu-se».

José Soeiro, do Sindicato Agrícola de Beja, acentuou o regime de vida que levam os trabalhadores agrícolas «que há cerca de doze semanas não recebem qualquer retribuição». No entanto, o Quartel-General da zona Sul enviou forças da PM para protecção das instalações bancárias.

A presença de Jerónimo Bom, do Sindicato de Santa-

rém, resumiu-se a «uma missão de observador». Frisou não haver quaisquer confrontos entre agrários e bancários, em Santarém. No seu parecer «tudo se resume neste momento na diferença entre o que é carne e o que é peixe, não se justificando no entanto que a reunião aqui se tenha efectuado sem conhecimento total da classe bancária». Manifestou o seu repúdio pelo projecto dos trabalhadores das bombas de gasolina que queriam «dechar as bombas ou então deitar fogo à gasolina. Vender carburante é que não». Porém, foi levada em conta a necessidade de gasolina para ambulâncias e viaturas dos bombeiros. Este plano pretendia inserir-se na luta dos trabalhadores agrícolas.

Para que a banca torne efectiva, definitivamente, a sua acção em prol da Reforma Agrária, «falta um di-

ploma do Ministério da Agricultura» — disse Francisco Baptista, de Beja, denunciando «a mentira que se criou ao afirmar-se que seria a existência de trabalhadores agrícolas armados que incitaria os bancários à greve».

A greve no Alentejo «foi uma greve como as que se fazem em todos os países, com piquetes que impediam a entrada nas herdades de trabalhadores que não compreendiam os objectivos da luta». José Soeiro disse, ao finalizar a reunião:

«Quem, demagogicamente, nos apoia na teoria e não na prática não serve a nossa luta agrícola que é do povo. Só após as conversações com os ministros da Agricultura e das Finanças é que poderemos analisar a Reforma Agrária e sua condução. Neste momento, quem se sente amedrontado é aquele que tem alguma coisa a perder,» que não é o nosso caso: não temos nada a perder. Alguma incompreensão dos bancários a nosso respeito baseia-se no facto de um bancário ganhar 12 000\$00 mensais e um trabalhador agrícola 4000\$00. Por isso, e para se fazer uma revolução, há que não ter medo e haver compreensão.»

Lopes Cardoso recebeu os sindicalistas

As delegações dos Sindicatos Agrícolas de Beja, Évora e Portalegre foram recebidas ao fim da tarde de ontem, pelo ministro da Agricultura, eng. Lopes Cardoso. Os assuntos a abordar foram o problema do crédito agrícola, a expropriação de terras e a formação dos conselhos regionais da Reforma Agrária.

24 SET. 1975

118

CONFLITO INTERNO NO SINDICATO DOS BANCÁRIOS

Um grupo de trabalhadores bancários reunido extraordinariamente nas instalações do sindicato, no dia 19, para discutir e tomar posição relativamente aos incidentes ocorridos no Alentejo, emitiu um comunicado em que dá público conhecimento da reunião e de uma moção nela aprovada. Segundo o referido documento, compareceram cerca de 500 sócios, tendo um membro da direcção do sindicato fornecido explicações sobre as atitudes assumidas, quer em Évora, quer nos comunicados subsequentes, mas algumas perguntas não tiveram resposta concreta por parte da direcção, o que terá feito exaltar os ânimos — segundo o mesmo comunicado. Finalmente, foi aprovada, por unanimidade e aclamação a seguinte moção:

«Considerando que a reforma agrária faz parte constitutiva do processo revolucionário, pois só ela pode dar resposta à miséria e opressão

a que têm estado sujeitos os camponeses; considerando que as forças políticas burguesas, dentro e fora do Governo, têm procurado obstar a que se realize a reforma agrária, defendendo deste modo os interesses dos latifundiários; considerando que alguns bancários, designadamente os que têm posições de gerência nas agências, não têm correspondido da melhor maneira, às linhas gerais do Crédito Agrícola; considerando que a greve do dia 18 em todo o Alentejo se insere na luta por objectivos que visem a efectiva realização da reforma agrária; considerando que é justa a palavra de ordem dos camponeses «Reaccionários fora dos bancos»; considerando que a tomada de posição da direcção face aos acontecimentos decorrentes da jornada de luta dos trabalhadores rurais do dia 18/9, e expressa na circular n.º 3 daquela direcção, pretende lançar nevoeiro sobre os olhos

do povo e particularmente sobre os dos trabalhadores bancários, numa clara iniciativa contra os trabalhadores rurais, servindo assim objectivamente os intentos da contra-revolução; os trabalhadores bancários reunidos na sede do seu sindicato deliberam:

— Repudiar o comunicado n.º 3 da direcção do seu sindicato, considerando-o digno de uma direcção vendida aos interesses dos latifundiários e das forças capitalistas nacionais e internacionais;

— Manifestar o seu total apoio aos sindicatos dos trabalhadores rurais do sul para que prossigam na sua luta contra os latifundiários e contra as forças políticas que os apoiam;

— Que esta moção seja transmitida a todos os órgãos da Comunicação Social.»

Por seu lado a direcção do Sindicato dos Bancários fez circular um comunicado em que afirma que uma sala do sindicato foi ocupada por um gru-

po de associados que sempre, durante as últimas assembleias gerais se evidenciou como força de choque ao serviço dos ex-corpos gerentes».

O comunicado refere, em seguida, que os elementos da direcção foram sujeitos a interrogatório que decorreu «de forma vexatória com perguntas acintosas e comentários ofensivos às respostas dadas», tendo sido impedido de falar um dirigente que pretendia completar uma resposta de outro. E conclui: «esse grupo de sócios que se portou de forma agressiva, conturbada, própria de quem não está disposto a discutir, mas sim a agredir e a obedecer a ordens que naturalmente recebem». Depois de insistir na violência dos actos do referido grupo, o comunicado da direcção afirma que a única intenção era fazer aprovar uma moção em que se faz «um chorrilho de calúnias aos corpos gerentes».

Finalmente, este comunicado assinala que não tardaram a

comparecer no sindicato outros associados, dispostos a defender as instalações e dar pronta resposta às investidas daquele grupo provocador», tendo-se realizado ao fim da tarde uma reunião de tal modo concorrida que as instalações do sindicato foram exíguas, sendo aprovada, no final, uma moção em que decidem:

«Repudiar firmemente a atitude do grupo de provocadores que se reuniu no sindicato às 12 horas, sem convocar os restantes trabalhadores bancários para que nela pudessem participar, considerando esta atitude atentatória dos mais elementares princípios democráticos.

Fazer um inquérito aos elementos que agrediram os membros da direcção e aprovar as medidas a tomar, face a tais indivíduos, numa assembleia geral convocada pela direcção sindical.

Dar todo o apoio à actual direcção, considerando que o conteúdo do comunicado n.º

3/75 é a única posição correcta face aos acontecimentos do Alentejo.

Divulgar esta moção por todos os órgãos da Informação.»

Entretanto, a Delegação de Setúbal do Sindicato dos Bancários também fez divulgar um comunicado, começando por salientar que a sua luta é sempre ao lado dos explorados, pelo que a banca terá de ser efectivamente posta ao serviço do povo, devendo os bancários, «como trabalhadores que são, sobrepor aos seus privilégios, de que o País nada aproveita, os interesses, necessidades e querer das massas trabalhadoras em geral e dos mais explorados em particular». Em seguida são referidos casos de «manobras agressivas contra bancários progressistas», levadas a efeito por aqueles que pretendem a banca ao serviço dos privilegiados, lamentando-se a falta de saneamento na banca e no aparelho de Estado.

24 SET. 1975

BANCÁRIOS DE SETÚBAL DENUNCIAM DIRECÇÃO DO SINDICATO

A delegação de Setúbal do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, reunida extraordinariamente na segunda-feira, decidiu repudiar o comunicado n.º 3 da direcção deste sindicato, sobre a luta dos trabalhadores alentejanos, denunciando «a passividade de alguns bancários, que esquecem as nossas responsabilidades particulares perante a Revolução autêntica de que o País precisa».

Contemplando este problema, divulgaram os bancários de Setúbal o seguinte comunicado, então aprovado:

«Considerando que: 1.º Sempre estivemos, e continuaremos a estar, na luta ao lado dos explorados contra os latifundiários e capitalistas exploradores deste País.

2.º Entendemos que os bancários, dadas as responsabilidades singulares do sector, devem efectivamente pôr ao serviço dos operários e camponeses toda a sua experiência profissional e sindicalista em ordem a que na prática a banca seja efectivamente posta ao serviço do Povo.

3.º Como trabalhadores que são os bancários devem sobrepor, aos seus privilégios, de que o País nada aproveita, os verdadeiros interesses, necessidades e querer das massas trabalhadoras em geral e dos mais explorados em particular.

4.º Temos assistido em vários pontos do País a manobras,

até agressivas, contra bancários progressistas e revolucionários, na prática por parte daqueles que continuam a querer a banca ao serviço dos privilegiados e latifundiários: casos de Bombarral, Lourinhã, Mira d'Aire, Torres Vedras e Rio Maior e ainda, nos Açores e Madeira.

5.º Não se tem operado na banca e no aparelho de Estado o necessário saneamento já tão reclamado.

Repudiamos: 1.º, Teor do comunicado n.º 3/75 da actual direcção do Sindicato.

2.º, A passividade de alguns bancários, que «esquecem» as nossas responsabilidades particulares perante a Revolução autêntica de que o País precisa.

3.º, A teimosia daqueles que, em vez de servir o País e as suas massas mais exploradas, continuam a servir-se destas para manterem os seus privilégios.

4.º, A distorção ambígua de determinados vocábulos e acções, tais como a de, por um lado, se chamar arruaceiros aos que nas terras do Alentejo defendem na prática consequente a Revolução socialista em geral e a Reforma Agrária em particular, e, por outro, chamarem-se trabalhadores como quaisquer outros às poucas dezenas de indivíduos que se reclamam de «democratas», entre eles o ac-

tual vice-presidente deste Sindicato que, em determinada altura, «democraticamente», apedrejaram as instalações da Central Única dos Trabalhadores Portugueses — Intersindical.

5.º. Que trabalhadores bancários se manifestem perante uma justa posição contra camaradas que não quiseram, dada a diferença de classes que ainda se persiste em manter na nossa sociedade, colaborar com a justa greve dos trabalhadores alentejanos e se não tenham manifestado perante os ataques e perseguições levadas à prática contra os trabalhadores bancários verdadeiramente progressistas no norte do País.

Exigimos:

1.º, A prática consequente da Reforma Agrária, com a participação efectiva e coerente de todos os órgãos de gestão económica do País.

2.º, Solidariedade autêntica e actuante dos bancários para com as justas lutas das classes mais exploradas, pelo verdadeiro avanço da Revolução socialista.

3.º, O sanamento imediato de todos os contra-revolucionários ainda ao serviço do aparelho de Estado e da banca em particular.

Solidarizamo-nos com:

1.º, A delegação de Beja do Sindicato dos Bancários, pela sua decisão de apoio à greve

dos rurais alentejanos.

2.º, Os Sindicatos Agrícolas do Alentejo, pelas posições correctas e autenticamente revolucionárias que assumiram.

3.º, Todas as forças políticas verdadeiramente interessadas no processo revolucionário em geral e pela Reforma Agrária em particular».

Acontecimentos do Alentejo

FUR: a reacção capitalista e fascista tentou provocar uma onda de violência

Frisando que o que se passou em Portalegre, é um aviso sério a todos os revolucionários e várias são as conclusões que se devem tirar, o Secretariado Distrital da Frente de Unidade Revolucionária (FUR) escreve, em comunicado, que «à semelhança do que se tem verificado no Norte, também aqui a reacção capitalista e fascista, encabeçada pelos latifundiários, tentou dividir as massas populares, lançar trabalhadores contra trabalhadores e mergulhar o Alentejo numa onda de violência reaccionária. Os latifundiários, vendo os seus antigos privilégios em risco, vendo a decisão e combatividade dos camponeses pobres e dos assalariados rurais, tentam tudo por tudo para travar o ímpeto dos trabalhadores, para travar o avanço da Reforma Agrária, que destronará os parasitas, os «lavradores», todos aqueles que ao longo de anos e anos têm sugado impunemente o suor e o trabalho dos camponeses.»

E conclui por alertar a população de Portalegre para que não se deixe envolver em manifestações contrárias aos interesses da classe operária e camponesa.

Por sua vez, a delegação de Setúbal do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, reunida extraordinariamente para apreciar o comunicado da respectiva direcção decidiu aprovar um comunicado cujas conclusões se cifram no repúdio do teor do mesmo comunicado, exigindo a prática consequente da Reforma Agrária com a participação efectiva e coerente de todos os órgãos de gestão económica do País; a solidariedade autêntica e actuante dos bancários para com as justas lutas das classes mais exploradas, pelo verdadeiro avanço da Revolução Socialista; e o saneamento imediato de todos os contra-revolucionários, ainda, ao serviço do Estado e da Banca em particular. Assim, se solidarizam com:

- 1 — A delegação de Beja do Sindicato dos Bancários, pela sua decisão de apoio à greve dos rurais alentejanos;
- 2 — Os Sindicatos dos Agricultores do Alentejo pelas posições correctas e autenticamente revolucionárias que assumiram;
- 3 — Todas as forças políticas verdadeiramente interessadas no processo revolucionário em geral e pela Reforma Agrária em particular.

Perante elevado número representativo de Sindicatos, Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores e outros órgãos da vontade popular, presentes em plenário, realizado na sede do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa, ficou aprovado que a formação da Comissão de Apoio à Reforma Agrária seja extensiva a todos os presentes neste plenário.

No final da sessão foi aprovada por aclamação uma moção de apoio e solidariedade para com os trabalhadores agrícolas do Sul «na sua luta contra os monopólios e latifúndios, contra os saneamentos à esquerda, pelo avanço da Reforma Agrária e pelo combate à contra-revolução».

Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas

As direcções dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas dos Distritos de Beja, Portalegre, Évora e a direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, face às dúvidas surgidas quanto à interpretação e posições assumidas em relação aos acontecimentos do Alentejo, no passado dia 17, após reunião conjunta efectuada na sede do Sindicato dos Bancários, esclarecem:

1 — A palavra de ordem «saneamento reaccionário fora dos bancos» proferida nas manifestações não pretendia voltar os trabalhadores agrícolas contra os trabalhadores bancários, mas, apenas, atingir, aqueles empregados bancários sobre os quais os trabalhadores agrícolas tenham razões para considerar reaccionários por, na prática, prejudicarem os seus interesses com o poder ser o caso do sr. Videira, já, a ser objecto de processo instaurado pela Comissão de Saneamento do Banco de Portugal.

Sobre a palavra de ordem «crédito agrícola imediato» esclarece-se que há muito é utilizada pelos trabalhadores agrícolas e que a mesma foi sempre dirigida aos organismos governamentais responsáveis e não aos camaradas bancários.

Os representantes dos trabalhadores agrícolas de Évora não podem assumir as responsabilidades pelo facto de no comício desta cidade ter sido pedido o saneamento de três delegados sindicais bancários já que o mesmo não foi feito por qualquer representante sindical.

2 — O comunicado n.º 3/75, da direcção do Sindicato dos Bancários, não se refere à ocorrência de acontecimentos do Distrito de Beja em que tenham estado envolvidos trabalhadores agrícolas ou o seu sindicato, mas tão-só menciona a forma «considerada incorrecta» como foi tomada a decisão de fechar os bancos por parte dos bancários tratando-se, assim, de um problema interno do Sindicato dos Bancários no que toca ao seu funcionamento democrático.

3 — A alusão a Portalegre no referido comunicado n.º 3/75 resultou do facto de ter havido camaradas bancários que, preocupados por, no domingo anterior, terem ocorrido confrontos entre trabalhadores agrícolas e latifundiários e seus lacaios, chegaram a recear serem envolvidos neste tipo de confrontações.

Ainda sobre o mesmo assunto, Centro Regional da Reforma Agrária do Distrito de Setúbal envia-nos um ofício em que se lê:

«Foi referido em «O Jornal» de 19 de Setembro, pág. 4, no artigo intitulado «Reforma Agrária do Alentejo aquece o Alentejo» o seguinte: «...a indefinição leva ainda a situações como esta, os técnicos do IRA estão proibidos de entrar em algumas cooperativas de trabalhadores ligados ao PCP entre as quais se encontra a Cooperativa Estrela Vermelha...» e «Pedro Soares»...

O director do Centro Regional da Reforma Agrária do Distrito de Setúbal, onde se localiza uma das citadas coo-

perativas, vem esclarecer por este meio, que a notícia em causa é, relativamente a qualquer funcionário do CRRRA de Setúbal, completamente destituída de verdade.

A Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Évora, reunida, delibera insistir que superiormente sejam definidas as condições de pagamento do trigo que se está entregando ao Instituto.

E continua a chamar a atenção para a necessidade que há de actuar no sentido de conseguir um preço que exceda as despesas e proteja os pequenos e médios agricultores.

Assim insiste que o trigo seja pago: 1.º, 25 000 kg tabela + \$40 por kg; 2.º, quanto aos seguintes: de 25 000 kg a 150 000 kg tabela + \$70; 3.º, mais de 150 000 kg tabela.

Pede-se urgência na concretização deste assunto, pois a sua demora desmoraliza e desinteressa os produtores — não esquecendo que a campanha 1975-1976 está à porta.

Bancários aprovam moção de apoio

Cerca de 500 trabalhadores bancários reuniram-se, no Sindicato do Sul e Ilhas, para apreciar os acontecimentos ocorridos durante a greve dos trabalhadores rurais.

Num comunicado distribuído afirma-se:

«A reunião principiou com uma exposição de um membro da direcção (Barbosa de Oliveira), que afirmou ter estado presente em Évora, onde se verificou confrontos físicos entre trabalhadores rurais e trabalhadores bancários, ao que se deprende, pelo facto dos últimos não terem aderido à paralisação desencadeada pelos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas contra a ofensiva dos latifundiários e dos seus apoios dos órgãos do Poder.

«Segundo o mesmo elemento da direcção, esta, notou a sua atitude, quer na presença em Évora, quer através do comunicado n.º 3, pela defesa do direito ao trabalho.

«Seguindo-se uma série de perguntas à direcção, para as quais não foram encontradas respostas concretas o que levou a reunião a manifestar o seu desacordo pela tomada de posição da direcção no seu comunicado n.º 3.

«Com os ânimos exaltados face às atitudes provocatórias «já clássicas» de um membro da direcção (Horácio Coimbra), a reunião viria a acabar com a aprovação de uma moção aprovada por unanimidade e aclamação, que a seguir transcrevemos:

«1 — Considerando que a Reforma Agrária, faz parte constitutiva do processo revolucionário, pois só ela, pode dar resposta à miséria e opressão a que têm estado sujeitos os camponeses.

«2 — Considerando que as forças políticas burguesas, dentro e fora do Governo, têm procurado obstar a que se realize a Reforma Agrária, defendendo deste modo os interesses dos latifundiários.

«3 — Considerando que alguns bancários, designadamente os que têm posições de gerência nas agências, não têm correspondido da melhor maneira, às linhas gerais do Crédito Agrícola.

«4 — Considerando que a Greve do dia 18, em todo o Alentejo, se insere na luta por objectivos que visam a efectiva realização da Reforma Agrária.

«5 — Considerando que é justa a palavra de ordem dos camponeses «Reaccionários fora dos Bancos».

«6 — Considerando que a tomada de posição da direcção face aos acontecimentos decorrentes da jornada de luta dos trabalhadores rurais do dia 18/9, e expressa na circular n.º 3 daquela direcção, pretende lançar nevoeiro sobre os olhos do povo e particularmente sobre os dos trabalhadores bancários, numa clara iniciativa contra os trabalhadores rurais, servindo assim objectivamente os intentos da contra-revolução.

«Os trabalhadores bancários reunidos na sede do seu sindicato em 19/9/75, das 12 e 30 às 13 e 45, deliberam:

«1 — Repudiar o comunicado n.º 3 da direcção do seu sindicato, considerando-o digno de uma direcção vendida aos interesses dos latifundiários e das forças capitalistas nacionais e internacionais.

«2 — Manifestar o seu total apoio ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Sul para que prossigam na sua luta contra os latifundiários e contra as forças políticas que os apoiam.

ESCLARECIMENTO CONJUNTO DOS SINDICATOS DOS BANCÁRIOS E DOS RURAIS ALENTEJANOS

As direcções dos Sindicatos Agrícolas dos distritos de Beja, Portalegre e Évora e do Sindicato dos Bancários do Sul e Alentejo, após reunião conjunta na passada 3.ª-feira, emitiram o seguinte comunicado de esclarecimento face as dúvidas surgidas quanto a interpretação e posições assumidas em relação aos acontecimentos do Alentejo no passado dia 17.

1. — A palavra de ordem substancialmente reaccionário fora dos bancos, preferida nas manifestações, não pretendia voltar os trabalhadores agrícolas contra os trabalhadores bancários, mas apenas atingir aqueles empregados bancários sobre os quais os trabalhadores agrícolas tenham razões para considerar reaccionários, por na prática prejudicarem os seus interesses, como poderá

ser o caso do sr. Viegara, já a ser objecto de processo instaurado pela comissão de saneamento do Banco de Portugal. Sobre a palavra de ordem «crédito agrícola imediato», esclarece-se que há muito é utilizada pelos trabalhadores agrícolas e que a mesma foi sempre dirigida aos organismos governamentais responsáveis e não aos camaradas bancários. Os representantes dos trabalhadores agrícolas de Évora não podem assumir as responsabilidades pelo facto de, no comício desta cidade, ter sido pedido o saneamento de três delegados dos sindicatos bancários, já que o mesmo não foi feito por qualquer representante sindical.

2. — O comunicado n.º 3/75 da Direcção do Sindicato dos Bancários não se refere a ocorrência de acontecimentos no distrito de Beja em que tenham estado envolvidos trabalhadores agrícolas ou o seu sindicato, mas tão-só menciona a forma «considerada incorrecta» como foi tomada a decisão de fechar os bancos por parte dos bancários tratando-se assim de um problema interno do Sindicato dos Bancários no que toca ao seu funcionamento democrático.

3. — A alusão a Portalegre no referido comunicado n.º 3/75 resultou do facto de ter havido camaradas bancários que, procurados por no domingo anterior terem ocorrido confrontos entre trabalhadores agrícolas e latifundiários e seus lacaios, chegaram a recelar serem envolvidos neste tipo de confrontações.

O comunicado termina com as palavras de ordem «Pela unidade de todos os trabalhadores e a terra a quem a trabalhar».

Bancários de Setúbal repudiam a ambiguidade do comunicado da direcção do seu sindicato

A ambiguidade do comunicado atrás referido mereceu o repúdio de bastantes trabalhadores bancários, nomeadamente da delegação de Setúbal do Sindicato que, em endosso comunicado, seixas a prática consequente da reforma agrária com a participação efectiva e coerente de todos os órgãos de gestão económica do País: solidariedade autêntica e actualização dos bancários para com as justas lutas das classes mais exploradas, pelo verdadeiro avanço da revolução socialista: o saneamento imediato de todos os contra-revolucionários ainda ao serviço do aparelho de Estado e da banca em particular.

Nun outro ponto de comunicado considera-se que «como trabalhadores que são, os bancários devem sobrepor aos seus privilégios, de que o País nada aproveita, os verdadeiros interesses, necessidades e queter das massas trabalhadoras em geral» — dice mais explorados em particular».

26 SET. 1975

SINDICATO DOS BANCÁRIOS

A Direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas emitiu um novo comunicado no qual denuncia uma reunião efectuada na passada sexta-feira, que considera provocatória e não representativa. Nesta reunião tinha sido aprovada uma moção de repúdio pelo comunicado n.º 3/75 da Direcção.

Em consequência de uma nova reunião (desta vez considerada representativa pela actual Direcção) foi aprovada uma moção que «repudia firmemente a atitude do grupo de provocadores que se reuniu no Sindicato às 12 horas do dia 19, sem convocar os

restantes trabalhadores bancários para que nela pudessem participar, considerando esta atitude atentatória dos mais elementares princípios democráticos». Foi ainda decidido «fazer um inquérito aos elementos que agrediram os membros da Direcção e aprovar as medidas a tomar face a tais indivíduos, numa Assembleia Geral convocada pela Direcção Sindical».

A moção termina com a reafirmação do «apoio à actual Direcção, considerando que o conteúdo do comunicado n.º 3/75 é a única posição correcta face aos acontecimentos do Alentejo».

DIÁRIO POPULAR

Banco de Angola
26 SET. 1975

LISBOA

SINDICATO DOS BANCÁRIOS

Um grupo de bancários convocou os trabalhadores retornados do Banco de Angola a comparecerem amanhã, pelas 15 horas, na sede do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, na Rua de S. José, 131.

25 SET. 1975 Lisboa

Mensagem aos trabalhadores bancários

Nos princípios de Novembro, a «República» corre o perigo de não poder sair. E, isto, porque o papel existente em armazém, dá apenas para garantir as edições até lá. Ao fazerem esta declaração, os trabalhadores frisaram, imediatamente, que a gravidade desse facto se deve somente à circunstância de o Governo e do Conselho da Revolução, recusarem o pretendido aval de nove mil contos, imprescindível para a compra de mais papel, já que o fornecedor recusa a entregá-lo se não for paga a dívida (existente no momento da selagem das instalações e, portanto, da responsabilidade da anterior administração) de 5500 contos.

Mais importante (e interessante), porém, é saber o porquê da necessidade do aval, e conhecer a «saúde» económica da empresa, desde que está a ser gerida pelos trabalhadores e as perspectivas que se abrem à expansão do próprio jornal.

Como já atrás referimos — e com base em números fornecidos pelos trabalhadores — o aval destina-se, exclusivamente, ao pagamento de dívidas a que os trabalhadores são estranhos.

Efectivamente, em 19 de Maio do ano corrente, a empresa apresentava, já, na coluna do deve a importância de 9038 contos. Nessa mesma data, já o fornecedor de papel impunha o pagamento dos 5500 contos. Depois, o período durante o qual o jornal esteve encerrado provocou um prejuízo que ultrapassa os 3000 contos.

Colocado, assim o problema, os trabalhadores avançam que o jornal, desde que reabriu sob o seu controlo, tem sobrevivido por si. Se fosse possível ignorar as dívidas existentes e a eles estranhas, o aval dos 9000 contos seria dispensado. De resto, esse aval não é uma dívida, mas um empréstimo. Empréstimo que os trabalhadores pagarão, logo que lhes seja possível.

Ponderado o problema, e considerando a recusa dos órgãos do Poder, os trabalhadores lançam um apelo, uma mensagem a todos os trabalhadores bancários, para que estudem a hipótese de um empréstimo ao jornal. Nessa linha, contactos irão ser estabelecidos junto das comissões de trabalhadores dos vários bancos, visando a concretização do empréstimo.